



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP/CAJAZEIRAS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**MULHER, MÃE E GRADUANDA:  
LUGAR DE REPRESENTAÇÃO NO CFP CAMPUS CAJAZEIRAS-PB**

**CAJAZEIRAS-PB  
2024**

**JOSEFA PATRICYA RIBEIRO LOPES**

**MULHER, MÃE E GRADUANDA:  
LUGAR DE REPRESENTAÇÃO NO CFP CAMPUS CAJAZEIRAS-PB**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso em Licenciatura em História, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande — Campus Cajazeiras — como requisito para obtenção da nota.

Orientadora: Prof. Dra. Roseme Olímpio Santana

CAJAZEIRAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

L864m	<p>Lopes, Josefa Patricya Ribeiro. Mulher, mãe e graduanda: lugar de representação no CFP Campus de Cajazeiras - PB / Josefa Patricya Ribeiro Lopes. - Cajazeiras, 2024. 83f. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Rosemere Olímpio Santana. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Mães estudante. 2. História das mulheres. 3. Mães solos. 4. Maternidade e estudo. 5. Monoparentalidade feminina. 6. Mães graduandas - UFCG-CFP – Cajazeiras - Paraíba. 7. Ensino Superior- Cajazeiras-Município - Paraíba I. Santana, Rosemere Olímpio. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 37.091.212 – 055.2

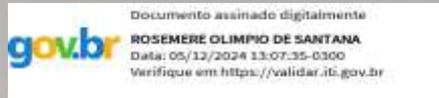
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

JOSEFA PATRICYA RIBEIRO LOPES

MULHER, MÃE E GRADUANDA:  
LUGAR DE REPRESENTAÇÃO NO CFP CAMPUS CAJAZEIRAS-PB

Aprovada: 03/12/2024

Banca examinadora:



Prof(a) Dra. Roseme Olimpio Santana — UFCG (Orientadora)

*Ana Lunara da Silva Morais*

Prof(a) Dra. Ana Lunara da Silva Morais — UFCG

*Eliana Alda de Freitas Calado*

Prof(a) Dra. Eliana Alda de Freitas Calado — UFCG)

CAJAZEIRAS – PB

2024

**“[...] Que um homem não te define.**

**Sua casa não te define.**

**Sua carne não te define.**

**Você é o seu próprio lar.”**

**Triste, louca ou má – Francisco, *el Hombre*.**

**Aos meus amados filhos que me permitiram  
vivenciar a maternidade e a transformar  
minhas concepções sociais e políticas e a  
entender que eu sou o meu próprio lar.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a força potente criadora de todas as coisas, que de modo particular e incrivelmente misterioso está em tudo que conhecemos e não conhecemos, está em tudo que aprendemos a decifrar e até onde não conseguimos. A tudo que é possível de ser como não ser, mas que de algum modo alimenta espiritualidades.

Agradeço imensamente aos meus amados filhos e companheiros genuínos desta minha jornada Aquiles Ribeiro dos Santos, que se fez presente em minha vida quando eu estava no segundo período do curso, e Antônio Belo Ribeiro Cândido Bezerra, que veio para ajudar a encerrar esse ciclo já neste ano de 2024.

Agradeço a minha irmã Arlete por ter me incluído em suas práticas de cuidado e ter sido uma mãe para mim, me criando, me amando e fazendo o melhor que sempre pôde e até o que não pôde por mim. Meus agradecimentos a ela nunca serão o suficiente, pois além de se dedicar a cuidar e a me amar, ainda se dedicou a amar mais ainda meu primogênito, em um momento tão difícil e desafiador em nossas vidas, mas que foram essenciais e transformadores.

Agradeço a minha mãe Fransquinha Ribeiro e a meu pai Zé Lopes por terem tido um breve romance de vaquejada e terem me gerado, sem este acontecimento grandioso eu realmente não estaria aqui (risos). Mas, sou grata verdadeiramente por ter pais tão bons cada um do seu jeito e na sua medida, que sempre fizeram o possível e sempre estiveram do meu lado e dos meus filhos nos amando.

Agradeço a minha irmã mais velha Salete, por também ter tido parcela bastante significativa em minha criação, sempre com muito cuidado, zelo e amor, e por ter proporcionado companhia junto com minhas sobrinhas amadas Hecheley e Estefani, o qual nossos laços foram mais de irmãs do que de tia e sobrinhas.

Agradeço mais uma vez a minha irmã Arlete por ter me dado a benção e o privilégio de crescer cercada de sobrinhos que na verdade mais foram meus irmãos do que somente sobrinhos. A cada um: Neno (Stênyo), Didi (Adryel), Lêlê (Alerrandro), Monso (Monsueto) e Tashinha (Natasha) meu eterno amor e carinho, pois vocês fizeram parte da minha vida de maneira extremamente significativa, e cada um a seu jeito são únicos e tenho muito orgulho de cada um.

Agradeço a meu companheiro Samuel Belo por seu amor e parceria, por todo cuidado para comigo e meu filho, e toda dedicação ao nosso pequeno. Agradeço a minha sogra Maria

das Graças, por tudo que faz por mim e meus filhos, por todo cuidado e dedicação, e por todo carisma e humildade que me ensina todos os dias a sempre evoluir. Agradeço a minha cunhada Saminha por todo zelo que teve, e a seu marido Vagner que tem sido um grande amigo e por todas as conversas reflexivas e profundas, intelectuais e cotidianas que me proporcionou. A todos vocês minha eterna gratidão, pois se fizeram parte dessa etapa final da minha vida acadêmica me proporcionando tranquilidade e leveza.

Agradeço a minha primeira e fiel amiga Rozana Lopes, por ter me acolhido quando nenhum colega me acolhia, por ter me ensinado o amor de uma amizade genuína, por ter vivenciado comigo muitas coisas que até hoje lembro e sinto o sentimento de lar. A você minha amiga, meu eterno amor e admiração, pois você me ensina, me inspira e me torna cada vez alguém melhor.

Agradeço a minha amiga de muitas datas Valéria Trigueiro, por tudo que fez por mim e meu filho em momentos únicos e inesquecíveis. Agradeço por esses onze anos de amizade e companheirismo, e mais ainda por ter me impulsionado várias vezes em momentos que precisei.

Agradeço a minha amiga Vanvânia (Claudivânia Mendes) por uma amizade que podia não ter sido nada, mas que se transformou em uma amizade que pra mim é tudo. Agradeço a você minha amiga por cada momento compartilhado, por cada conversa profunda, por cada dedicação singela e por cada demonstração de cuidado e amor.

Agradeço também a minha amiga Mary (Mariana Andreino) por ser a amiga mais sorridente, sonhadora, positiva, amorosa, generosa, e doida no melhor sentido possível que eu tenho. Você foi e é uma amiga o qual faz parte do meu íntimo e eterno coração, a você agradeço por cada momento de conversas enormes (tantas horas conversando quando nos vemos pessoalmente), e por muitas delas você ter me ouvido demais. Por cada conselho, por cada positividade e leveza, que você sempre trouxe a mim, por cada chama de esperança de que o Amor pode tudo.

Agradeço aos meus queridos amigos incríveis e inteligentes que me acolheram em Cajazeiras, e que dividiram muitos do peso acadêmico comigo. Que me ouviram e ajudaram, como também me animaram nos momentos que mais precisei. Com vocês eu aprendi sobre solidariedade, humildade, generosidade, integridade, consciência política e sobre o que significa criar laços verdadeiros sem que precise de parentalidade. A Jonas Alexandre, Lucas Lima e Raquel Rodrigues minha eterna gratidão, pois estarão sempre em meu coração.

Agradeço também aos demais colegas que durante esses anos se fizeram presentes em minha vida, Lucas Emanuel, Mayara e demais colegas.

Agradeço também as minhas entrevistadas, pois sem elas este trabalho não seria possível. A cada uma das três que contribuíram significativamente o meu eterno agradecimento e também a minha dedicação desse trabalho, pois vocês foram peças chaves para que fosse possível realizar uma pesquisa e narrativa histórica sobre as mulheres mães solas do CFP Cajazeiras-PB.

## RESUMO

O presente trabalho pretende compreender os desafios de ser mulher, mãe solo e graduanda da UFCG campus Cajazeiras-Pb, a partir da problematização acerca das produções discursivas que compõe determinados dispositivos de maternar. Através de perspectivas teóricas de uma nova história, história das mulheres, onde os sujeitos podem ser entendidos como lugar de representação, busca-se analisar o discurso romantizado sobre a maternidade e sua historicidade, assim como os desdobramentos que esta historicidade implica nas produções discursivas hegemônicas e nas vivências subjetivas dos sujeitos populares e suas representações, que no caso aqui se insere as mulheres mães do CFP. Apresentará e discutirá os conceitos contextualizando-os historicamente sendo eles Gênero, Maternidade e Monoparentalidade Feminina, a partir de autoras como Joan Scott, Silva Federici, Elisabeth Badinter, Maria de Jesus Correia dentre outras autoras importantíssimas que trabalham tais conceitos, correlacionando um com outro, de modo que se compreenda a complexidade da temática e a possibilidade de se problematizar as implicações diretas acerca dos discursos romantizados sobre maternar, e as dificuldades com o caminhar do fluxo acadêmico. A metodologia utilizada será a História Oral, pautadas nas contribuições de Verena Alberti e Alessandro Portelli o qual busca captar as narrativas subjetivas das mães solas graduanda do CFP campus Cajazeiras que participaram da pesquisa. O resultado da pesquisa revelou um universo complexo de experiências, marcado por resiliência, sobrecarga emocional e lutas constantes para equilibrar as demandas acadêmicas e familiares.

Palavras-chave: História das mulheres; Mães solas; Maternidade; Monoparentalidade feminina; Mães graduandas.

## ABSTRACT

This paper aims to understand the challenges of being a woman, a single mother and an undergraduate student at UFCG campus Cajazeiras-PB, based on the problematization of the discursive productions that make up certain mothering devices. Through theoretical perspectives of a new history, women's history, where subjects can be understood as a place of representation, we seek to analyze the romanticized discourse on motherhood and its historicity, as well as the developments that this historicity implies in hegemonic discursive productions and in the subjective experiences of popular subjects and their representations, which in this case include the mothers of CFP. The concepts will be presented and discussed, contextualizing them historically, such as Gender, Motherhood and Female Single Parenthood, based on authors such as Joan Scott, Silva Federici, Elisabeth Badinter, Maria de Jesus Correia, among other important authors who work with these concepts, correlating one with the other, so that the complexity of the theme and the possibility of problematizing the direct implications of the romanticized discourses on motherhood, and the difficulties with the academic flow, can be understood. The methodology used will be Oral History, based on the contributions of Verena Alberti and Alessandro Portelli, which seeks to capture the subjective narratives of single mothers undergraduate students at the CFP campus Cajazeiras who participated in the research. The result of the research revealed a complex universe of experiences, marked by resilience, emotional overload and constant struggles to balance academic and family demands.

**Keywords:** Women's history; Single mothers; Motherhood; Female single parenthood; Undergraduate mothers.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 A CONSTRUÇÃO ROMANTIZADA DA MATERNIDADE NO OCIDENTE</b> .....	16
2.1 (RE) CONSTRUINDO PRÁTICAS E SIGNIFICADOS ACERCA DA MATERNAGEM .....	17
2.2 “O AMOR MATERNO”, O INSTINTO MATERNAL E PRÁTICAS DE MATERNAGEM: FUNÇÕES FEMININAS INQUESTIONÁVEIS? .....	26
<b>3 MONOPARENTALIDADE FEMININA E SUAS REPRESENTAÇÕES: SOU MESMO UMA MÃE?</b> .....	30
3.1 UM OLHAR SOBRE A MONOPARENTALIDADE FEMININA .....	30
3.2 PENSANDO OS CONCEITOS DE REPRESENTAÇÃO E APROPRIAÇÃO À LUZ DA MONOPARENTALIDADE FEMININA .....	35
<b>4 MULHERES E MÃES SOLOS – DILEMAS E DIFICULDADES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA</b> .....	38
4.1 O PENSAMENTO ANTES DE SER MÃE: ASPIRAÇÕES DESEJOS E SONHOS .....	38
4.2 A DESCOBERTA DA GRAVIDEZ: COMPANHEIRISMO OU ABANDONO? ...	47
4.3 “QUEM PARIU SEU MATEUS QUE BALANCE!” A FACE INVISIBILIZADA DA PATERNIDADE .....	60
4.4 UNIVERSO ACADÊMICO: “TRABALHAR COMO SE NÃO TIVESSE FILHOS, SER MÃE COMO SE NÃO TRABALHASSE FORA” .....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	72
<b>REFÊRENCIAS</b> .....	74
<b>APÊNDICE A- ROTEIRO SEMIESTRUTURADO</b> .....	78
<b>ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	80

## 1 INTRODUÇÃO

A maternidade enquanto prática humana é simultaneamente histórica e cultural. Histórica, por estar presente nas sociedades humanas ao longo do tempo, e cultural, devido à capacidade simbólica e abstrata que o ser humano desenvolveu para atribuir significados e representações a essa vivência. A maternidade, como conceito e prática, passou por transformações ao longo da história, sendo moldada pelos contextos e conflitos de cada sociedade.

Se por um lado, traçar brevemente os momentos históricos pela qual a categoria conceitual e prática coletiva da maternidade e seu percurso de alterações no seu sentido e significado representa uma análise histórica, por outro, possibilita compreender ainda mais sobre um tema que cada vez mais tem questões a serem pensadas. Pensar na maternidade geralmente é associa-la a uma configuração familiar tradicional, na qual a mulher e o homem constituiriam um núcleo familiar e junto a isso estaria relacionado toda uma carga discursiva, histórica e cultural, acerca dos valores e representações que deveriam estar presentes na família e no conjunto histórico/cultural da própria constituição de valores e representação.

Sabe-se que o surgimento e o desaparecimento de normas, comportamentos, discursos e práticas sociais não ocorrem de forma repentina, nem são atribuídos a um único fator ou sujeito decisivo. Como apontam os historiadores da Nova História e da História do Tempo Presente, a trajetória das sociedades é marcada por rupturas e permanências. Assim, os significados atribuídos à maternidade, em um dado momento histórico, não se alteram de maneira abrupta e linear; ao contrário, eles são gradualmente transformados por novas representações simbólicas e discursos que perpassam diferentes períodos históricos. O conceito contemporâneo de maternidade "romantizada", amplamente presente na sociedade atual, foi moldado ao longo do tempo, através de construções simbólicas e dos conflitos que se iniciaram em sociedades pré-modernas, se intensificaram no período moderno e ainda persistem na contemporaneidade.

No século XXI, um período marcado por grandes transformações sociais, como o avanço das conquistas feministas e a crescente presença das mulheres nos espaços públicos, observa-se, simultaneamente, a ressignificação de discursos antigos que se renovam e se adaptam às novas demandas sociais. Embora o progresso e a independência feminina avancem, ainda prevalecem velhas ideologias que, sob novas roupagens, continuam a influenciar a forma como a sociedade percebe o papel da mulher e da maternidade, especialmente em espaços públicos e em se tratando de mães solas.

Com o advento da Carta Política de 1988 e suas alterações, a família monoparental recebe o *status* constitucional. Entretanto, ainda continua sendo alvo de estigmas e estereótipos na sociedade. As mulheres que assumem o papel de chefes de família enfrentam inúmeros desafios, especialmente porque a sociedade não as reconhece plenamente, impedindo que elas acessem espaços, serviços e oportunidades que garantam equidade no seu desenvolvimento pessoal e profissional, como mães e cidadãs com aspirações próprias, mesmo com o respaldo legal.

Embora as mulheres tenham conquistado o direito de ocupar o espaço público, essa mudança ocorreu de forma lenta e muitas vezes relutante por parte da sociedade, que, mais por necessidade do que por vontade, “reconheceu” as suas conquistas. Hoje, as mulheres podem acessar o ensino superior, trabalhar em diversas profissões e ocupar cargos antes restritos, marcando uma importante mudança em relação à exclusividade do espaço doméstico.

Além disso, passaram a ter o direito de decidir sobre a maternidade, incluindo quando ter filhos e se desejam tê-los. Apesar desses avanços, ainda surgem questionamentos sobre o que mais precisa ser conquistado. Afinal, o que mais as feministas demandam com suas manifestações? Para aqueles que acreditam que já conquistaram seus direitos – como no feminismo liberal que tem o seu ápice no sucesso profissional –, o debate parece pleonástico. Contudo, ainda há questões a serem conquistadas, especialmente no contexto latino-americano, onde a luta das mulheres para ocupar espaços públicos, como nas universidades, sendo mães solo, continua a ser um desafio.

A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa se propõe a investigar a vivência das mulheres mães solo e graduandas no Centro de Formação de Professores (CFP) – Campus Cajazeiras/PB, no sertão paraibano, com foco nos desafios que elas enfrentam ao conciliar a maternidade, a educação superior e as expectativas sociais sobre o papel feminino.

A problemática central está em como essas mulheres produzem e se relacionam com as representações de maternidade, tanto no âmbito acadêmico quanto no familiar, e como essas representações impactam suas vidas cotidianas. O recorte temporal dessa pesquisa está amparado em uma história do presente, já que a maioria das entrevistadas falam de suas vivências recentes, mas também analisamos o contexto histórico acerca da maternidade, marcado por avanços feministas, mas também por resistências culturais que ainda perpetuam estigmas em torno da maternidade e da monoparentalidade feminina.

Para entender as relações complexas de gênero que moldam a experiência dessas mulheres, é fundamental adotar uma nova perspectiva histórica que utilize o gênero como

categoria analítica, tal como proposto por autoras como Joan W. Scott e Joana Maria Pedro. Segundo Scott (1995), o gênero não se refere apenas às diferenças biológicas entre os sexos, mas à organização social das relações entre homens e mulheres. Ela destaca que o gênero é um conceito dinâmico, que se constrói e se modifica conforme os interesses e necessidades de cada grupo social. Joana Maria Pedro (2005), por sua vez, reforça a importância de integrar as categorias de “mulher”, “sexo” e “gênero” na análise histórica, observando como essas construções sociais e as lutas feministas influenciam a construção das representações sociais.

Ao discutir gênero, é impossível dissociar essa análise dos discursos sobre maternidade, uma das principais esferas onde as diferenças de sexos foram historicamente construídas e impostas. A maternidade, como função social da mulher, reflete diretamente a desigualdade de gênero e, nesse contexto, a monoparentalidade feminina emerge como um tema crucial, pois evidencia a sobrecarga de responsabilidades atribuídas às mulheres, enquanto os homens são frequentemente desonerados dessas funções, perpetuando as estruturas patriarcais.

Partindo desse pressuposto, o objetivo geral deste estudo se debruça em compreender os desafios vividos pelas mulheres mães solo no contexto acadêmico do CFP, problematizando as produções discursivas que moldam as representações de maternidade e monoparentalidade. Para delimitar o objetivo geral, a pesquisa foi norteada por três objetivos específicos, quais sejam, investigar como essas mulheres constroem suas representações de maternidade enquanto graduandas, analisar as produções discursivas que permeiam o conceito de maternidade, e identificar como essas representações influenciam suas experiências acadêmicas e familiares.

Quanto à metodologia este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, fundamentada na metodologia da História Oral. O objeto de estudo são as experiências vividas de mulheres, mães solas e graduandas na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras, com foco na construção e representação da maternidade monoparental. O objetivo é analisar as percepções dessas mulheres sobre a maternidade e suas identidades, a partir de uma abordagem subjetiva e das memórias individuais e coletivas, sob as perspectivas teóricas de uma nova história, história das mulheres, onde os sujeitos podem ser entendidos como lugar de representação, analisando o discurso romantizado sobre a maternidade e sua historicidade, assim como os desdobramentos que esta historicidade implica nas produções discursivas hegemônicas e nas vivências subjetivas dos sujeitos populares e suas representações, que no caso aqui se insere as mulheres mães do CFP.

A estratégia utilizada para a coleta de dados consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, visando obter relatos detalhados e espontâneos sobre as experiências vividas. Foram selecionadas 3 (três) mulheres de idades e trajetórias profissionais distintas, todas com a condição de ser mães solas e estar matriculadas em cursos de graduação. A amostra foi escolhida com base em critérios de inclusão específicos: mulheres que se identificam como mães solas e que estejam cursando graduação na UFCG. Como critério de exclusão específico as mães solas que cursavam graduação em outra instituição.

As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas conforme os princípios da História Oral, que considera a memória, a oralidade e a narrativa como elementos centrais. O procedimento de análise envolveu a identificação das representações do passado (maternidade e monoparentalidade) e a investigação de como essas representações são moldadas e ressignificadas pelas próprias mulheres. A análise buscou compreender as disputas de memória, como sugerido por Alberti (1996), e identificar as “doxas” (ideias tidas como verdades absolutas) relacionadas à maternidade monoparental.

A pesquisa respeitou rigorosamente os aspectos éticos, com a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de todas as participantes. Elas foram informadas sobre os riscos possíveis, como o desconforto emocional ou o constrangimento, e garantido o anonimato e sigilo das informações. Além disso, o retorno das análises será fornecido às voluntárias, assegurando transparência e respeito durante todo o processo.

Ademais, o trabalho se justifica, pois ressalta uma temática voltada para a construção histórico-cultural do conceito de maternidade, pela qual se busca problematizar o discurso romantizado contemporâneo de uma maternidade única e ideal, e elementos que constitui toda uma narrativa discursiva sobre a maternidade e determinação de um jeito ideal de ser mãe. Elementos como amor materno, como algo natural e sagrado atribuído a todas as mulheres, e marcadamente presente no consciente coletivo, se expressa de forma bastante problemática nas realidades diversas das mulheres mães, onde inúmeros questionamentos acabam surgindo nas percepções dessas ao se depararem com suas realidades quando se compara com todo esse aparato do que se é esperado e determinado de forma ideal.

O interesse por tal tema pode ser explicado pelo fato de haver em mim uma necessidade de explorar este campo, o do universo da Maternidade e da Monoparentalidade feminina contemporâneo, e os elementos histórico-culturais que as compõe, mais especificamente, o interesse de analisar os desafios que esse arranjo familiar enfrenta, seja pela questão histórica e contemporânea de seus dilemas e estigmas, seja pelas diversas facetas que as compõe. Também se torna argumentativo, o lugar de fala que a mim é conferido, pois

sendo mulher, solteira e com um filho na graduação, tenho por objetivo buscar elucidar as questões que perpassam esse campo, cujo estudo é de grande relevância pessoal, mas também acadêmica e social por ser um tema atual e que representa a realidade de muitas mulheres.

Sua discussão implica num melhor entendimento e conhecimento de um arranjo familiar que tem representado um número significativo de famílias, apesar de ser tão comum nos dias de hoje, ainda é caracterizado por meio de estereótipos e por certo descaso, sobretudo no que se refere aos padrões de família culturalmente aceitos, às representações da mulher/mãe solteira e toda discussão reflexiva que tal problemática suscita apesar de já haver discussões acadêmicas a respeito, ainda sim merece mais espaço para análises e perspectivas diferentes e diversas.

E é justamente por questões como essas que o presente trabalho possui relevância acadêmica, pela necessidade de explorar dentro das instituições cada vez mais a história das mulheres, assim como a própria história da maternidade e da monoparentalidade feminina, explorar os vastos campos temáticos desses sujeitos que por muito tempo foram invisibilizados e intencionalmente levados como sem importância.

Consequentemente, se é importante academicamente tal temática, também o é para o meio social, já que as análises e discussões em torno implicam diretamente em reflexões acerca da vida dessas pessoas, como também em problematizações do imaginário coletivo das sociedades sobre as mulheres, mães e maternidade. Analisando e mostrando a diversidade de vivências maternas, assim como as diversas maneiras de ser mãe e de maternar, através de perspectivas provindas da história oral, a partir do relato oral desses sujeitos que agrupam suas memórias de um passado e suas percepções do presente.

## 2 A CONSTRUÇÃO ROMANTIZADA DA MATERNIDADE NO OCIDENTE

“Quem pariu Mateus que balance”

A maternidade é um tema cuja conceituação ou até mesmo, a própria definição, depende do ponto de vista que se procura argumentar. Para o presente trabalho, ela é alvo de pesquisa do campo historiográfico, e conseqüentemente está atrelada a maneira como social e culturalmente ela fora construída ao logo do tempo.

Pois, ao se pretender realizar uma narrativa historiográfica o qual consiste em compreender: os desafios de ser mulher, mãe solo e graduanda do campus CFP Cajazeiras, a partir da problematização acerca das produções discursivas que compõe determinados dispositivos do maternar, é preciso antes de qualquer coisa, traçar os momentos históricos em que a maternidade, no Ocidente, passa a ser construída e concebida como uma prática “romantizada”, ou seja, como uma prática idealizada.

Sendo assim, é válido levantar alguns questionamentos, ou melhor, apontamentos acerca, como por exemplo, de que a maternidade embora já fora, ainda é nos dias de hoje considerada como um tema sagrado. Entender em que contexto e em que momento histórico do Ocidente ela passa a ser configurada como sagrada, e os detalhes de tal concepção, nos permite analisar o porquê de ainda hoje, em pleno século XXI tal concepção ser bastante vigente.

É notório que, existe uma grande dificuldade em se questionar o amor materno, pois, quando se levanta questões primordiais seja sobre as cargas, as demandas, os desafios, ou até mesmo a procura por definições e explicações mais reais das realidades de maternar por entre as mães, em seus variados espaços e contextos, há sempre dificuldades mesmo cotidianas e rotineiras, em que essas mulheres se deparam. Pois quase sempre, falar dos seus enfrentamentos, dos seus desafios, das suas dificuldades é entendido e visto pelos demais como “reclamações”, ou até mesmo o mais comum de se acontecer, como mulheres que não “entenderam” ou “não deveriam” ter sido mães, por não “compreenderem” o amor materno.

Tais situações podem ser vistas, percebidas, ouvidas e testemunhadas em inúmeros exemplos, mas para citar algo característico do século vigente, nada melhor do que as redes sociais, que possibilitam um espaço de divulgação digital de conteúdos variados pelas pessoas. Expressivamente pode-se ter acesso a materiais e mais materiais destes conteúdos em blogs e redes sociais, mas não significam que são os únicos meios de comunicação pela qual é

possível ter contato com tais situações e discussões, pois em conversas corriqueiras do dia-a-dia, seja com amigos, parentes ou colegas de trabalho elas também estão sempre presentes, haja vista que são expressões culturais vivas do ser humano enquanto ser social.

Afinal de contas, o que é esse amor materno que tanto se ouve falar, se ler e aprende sobre? O que é o amor de uma mãe pelo filho? Quais as definições dele que mais rodeiam o consciente coletivo das pessoas? E porque é tão importante essas definições e concepções para a sociedade? O que elas implicam? E para quem implicam? Quais suas principais e fortes definições? E quanto as suas transformações, modificações? Quais foram elas? São tantas perguntas, que é necessário fazer escolhas de repertórios, mas sem perder de vista a possibilidade e abertura de caminhos para futuros trabalhos que almejem se debruçar na temática.

Para referenciar melhor essa contextualização histórica do conceito de maternidade no Ocidente, será utilizada a obra, “Um Amor conquistado: o mito do Amor materno” de Elisabeth Badinter, como referencial teórico principal, assim como também artigos e teses que embasaram no decorrer deste capítulo a partir da temática acima. Entretanto, inicialmente é oportuno tratar acerca dos significados e práticas que rodeiam a ideia de maternidade.

## 2.1 (RE) CONSTRUINDO PRÁTICAS E SIGNIFICADOS ACERCA DA MATERNAGEM

A maternagem é um fenômeno demasiadamente complexo que, por séculos, vem sendo objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento e movimentos sociais. Cada espectro estabelece um ponto de vista para explicar a dinâmica e deixar a sua contribuição.

A percepção da estrutura de maternar está diretamente interligada a forma como a cultura do ambiente foi desenvolvida e pensada ao longo do tempo. Em outras palavras, cada civilização tem uma forma de pensar o fenômeno da maternidade e do que é ser mãe (Correia, 1988).

Nesse contexto, a autora vai expor que, a maternidade “[...] tem como pano de fundo a dinâmica da sociedade num certo momento historicamente determinado”. É a partir dessa dinâmica que as construções sociais do que é ser mãe, ser filho e o ato de maternar são estruturados (Correia, 1988, p. 365).

O ponto de partida dessa discussão perpassa pela disputa em torno da ideia de maternidade construída no ocidente, que é fruto de um processo imagético e idealizado acerca do que é ser mãe que será pontuado e aprofundado.

No livro “A criação do patriarcado história da opressão das mulheres pelos homens”, Gerda Lerner fez um brilhante trabalho no intuito de responder a diversos pontos acerca da subordinação feminina. A autora vai propor que para entender a natureza da subordinação feminina é necessário observar a sua relação intrínseca com a história (Lerner, 2019).

É óbvio que a discussão proposta pela autora em seu livro não é necessariamente a mesma desse trabalho. Entretanto, existe um ponto fulcral entre a subordinação feminina e a maternidade que é o ponto de partida principal nessa abordagem e que irá direcionar os desdobramentos acerca dos tencionamentos em torno do conceito em suas diferentes épocas.

Ao traçar um panorama acerca do patriarcado<sup>1</sup>, sendo este compreendido como uma ferramenta de manutenção da dominação masculina, nutrida pelas instituições, como: família, igrejas, escolas, entre outras., Gerda Lerner desnudou um sistema estrutural que naturaliza práticas, como trabalho doméstico exercido exclusivamente pelas mulheres e não remunerado, como também, a finalidade idealização e sagrada do corpo da mulher: a maternidade (Lerner, 2019).

É sobre esse último ponto que as contribuições da autora são relevantes para esse tópico. A autora vai dizer que, primeiro, antes de se constituir a propriedade privada e a sociedade de classe, a capacidade sexual e reprodutiva das mulheres já estavam sendo cooptadas pelos homens. Segundo, há um rompimento da ideia de sexualidade e reprodução, ou seja, o que não for objeto de procriação é promíscuo, logo, pecado. Terceiro, a única forma de não está rotulada no cenário anterior, é cumprindo a função natural instituída por Deus, qual seja, ser mãe (Lerner, 2019).

Diante disso, a conclusão lógica é a de que a submissão feminina poderia ser algo divino ou natural. Entretanto, o conceito universalista de submissão feminina é bastante criticado, apesar de comumente ser visto na atualidade. Tradicionalistas argumentam que, se à mulher foi concedida a dádiva da maternidade, essa é a sua maior meta. Em outras palavras, essa é a sua função primordial. Logo, caso haja o descumprimento, serão consideradas desviantes. A maternidade aqui é compreendida como uma necessidade da espécie, um dever divino, desenvolvidas por mulheres abdicadas e dedicadas ao seu ofício (Lerner, 2019).

Essa noção de maternidade seria difundida e aprimorada no decurso do tempo, principalmente com as grandes mudanças no cenário ocidental. Entretanto, determinados instrumentos persistem (esse ponto será mais bem explanado no subtópico posterior).

---

<sup>1</sup> Esse é objeto do trabalho da autora Gerda Lerner na busca por compreender da extensão da subordinação feminina.

Diante desse cenário, é imperioso questionar: como a concepção de maternidade construída, tomando como ponto de partida a discussão desvelada outrora, se perpetuou no imaginário da sociedade ocidental?

Inicialmente, é importante destacar que para compreender como a maternidade foi regulada para se tornar uma necessidade (independentemente de escolha), é imprescindível observar as primeiras construções das sociedades na história.

Nas sociedades primitivas a gestação era considerada uma forma de sobrevivência. Os perigos extremos conjugados com a baixa expectativa de vida obrigavam as mulheres a procriarem mais do que terem partos bem-sucedidos. A amamentação tinha uma duração entre dois e três anos e por essa razão havia uma necessidade de utilizar as mulheres núbéis para desenvolver funções de procriação, amamentação e cuidados para subsistência da população (Lerner, 2019).

É aqui que se constitui a primeira forma de divisão do trabalho. E sua base, segundo a citada autora, não repousa na utilização ou não da força, pois é claro que as mulheres das primeiras tribos (fundamento etnográfico e antropológico) detinham forças para realização das atividades. Sendo assim, essa divisão “[...] pela qual homens caçavam grandes animais e mulheres e crianças caçavam pequenos animais e coletavam alimentos, parece ter se originado de diferenças biológicas entre os sexos (Lerner, 2019, p. 93).”<sup>2</sup>

Sendo assim, a ideia atualmente difundida de que as diferenças entre os sexos se baseiam em última análise no que tange ao quesito força (por exemplo, mulheres não terem a oportunidade de escolher determinadas atividades em razão de não terem força física necessária), vem sendo refutado ao longo da história e dos estudos antropológicos e etnográficos há tempos. Entretanto, a persistência dessa lógica é fruto da necessidade de manutenção da dominação das formas de existências das mulheres, às vezes de forma explícitas outras vezes não.

Essa primeira concepção de maternidade vai se modificando no decurso do tempo, principalmente em razão das novas produções de discursos e das mudanças socioeconômicas e culturais da sociedade ocidental.

Conforme as lições de Moura e Araújo (2004), Bandinter (1985) e Moreira (2009), a ideia de maternidade na antiguidade e na idade média era desvalorizada e com ênfase no poder paterno que detinha toda autoridade marital. Havia uma superioridade inata da figura do

---

<sup>2</sup> Aqui é importante frisar que, ao reconhecer o caráter de diferença biológica com a qual a divisão de trabalho foi estruturada inicialmente, não se quer afirmar a naturalidade em que as formas de maternar foram constituídas. O fator biológico é apenas um reforço a manutenção da estrutura criada e que, com o tempo, foi reforçado pela cultura para a sua manutenção.

homem em detrimento da mulher e sua prole. Sendo assim, em razão dessa pretensa superioridade, foi dado ao homem autoridade sobre toda a entidade familiar.

Outrossim, até a idade média não há o que se falar em amor materno, pelo contrário. O contato dos pais com os filhos era mínimo desde o nascimento. As famílias aristocratas delegava a criação dos filhos ora para as amas de leite, ora para famílias de terceiros ou internatos e conventos. Toda educação e formação eram construídas para além do convívio do lar (Bandinter, 1985; Moreira, 2009).

Ainda nesse contexto, Resende (2017, p. 178) vai dizer que: “Até o século XVIII, carícias e ternuras entre mães e filhos eram traduzidas socialmente em termos de frouxidão e pecado.” Logo, a maternidade, nesse contexto, era uma mera formalidade. A função primordial desempenhada era a de gestar. Qualquer acréscimo feito ao ato de procriação era pecado (influência religiosa).

É também fruto desse cenário de influência religiosa que a fertilidade, por exemplo, é vista como sinônimo de benção do divino. Corpos que poderiam gestar recebiam da sociedade vigente todo cuidado, proteção e apoio. Caso contrário, o corpo poderia ser descartado, pois a infertilidade era tida como castigo. Ademais, o corpo marcado para ser castigado era sempre o feminino, pois não se pensava na possibilidade de um homem infértil (Correia, 1998).

Ainda nessa perspectiva de associação entre maternidade e o divino, segundo a citada autora, é que na Grécia Antiga o local de morada de uma mulher grávida é considerado um lugar sagrado que não pode ser passível de violação. Além disso, é oportuno destacar também que, na Roma antiga, até determinadas autoridades estatais eram impedidas de adentrar na casa de uma gestante para realização de visitas desnecessárias. É o aprofundamento da relação entre o ato de gestar como algo natural e divino que, posteriormente, com o desenvolver das sociedades, mitos são reafirmados e a idealização de práticas ofusca a amplitude do ato de maternar, gerando o fenômeno da romantização (Correia, 1998).

Retomando a discussão sobre o conceito de maternidade, insta questionar: O que ocorre para uma sociedade baseada na preponderância do poderio masculino, onde a figura feminina e de sua prole são tidas como inferiores, passarem a assumir um protagonismo e primazia na criação de suas proles?

Já no século XVII pode-se observar diversas transformações na forma de estruturação familiar, dando um maior protagonismo e valorização à infância. É nesse momento que surge o fenômeno da escolarização que impacta diretamente a forma de criação dos filhos. Também pode ser observada a questão econômica dos filhos que passam a fazer parte da transmissão

dos bens em caso de herança. Todos esses acontecimentos garantem a filiação um olhar especial (Ariés, 1981; Moura; Araújo, 2004).

É por essa razão, mesmo diante de resistência e de um processo lento de transformação, que no final do século XVIII há um deslocamento do foco ideológico, saindo da “[...] autoridade paterna ao amor materno, pois a nova ordem econômica [...] impunha como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças”, o que não quer dizer uma pretensa centralidade da mulher (Moura; Araújo, 2004, p. 46).

Todo o deslocamento do foco é fruto da necessidade de adaptação do patriarcado a sua nova realidade. Com a maternidade não é diferente. A exigência imposta a uma determinada sociedade modifica as formas de vivenciar e de se apropriar da maternidade. Isso pode ser visto na visão de Maria de Jesus Correia, senão veja-se:

Verificamos que a instauração do patriarcado fez com que a mulher, até então detentora do poder, o perdesse em detrimento do homem, que passa a estabelecer as regras do parentesco da coesão social e do poder no grupo. (Anteriormente, a mulher, através da maternidade, era quem definia o grupo.) (Correia, 1998, p. 368).

Para manter o poder e a dominação, em razão da nova roupagem social, o patriarcado mascara por meio do citado deslocamento do foco, uma nova construção para a maternidade, qual seja, a idealização do amor natural e espontâneo de toda mãe pelo filho. O manejo dessa estratégia é feita a partir da centralidade da maternidade (unindo, exclusivamente, a ideia de amor e materno), como também, atribuindo o cuidado e amamentação como responsabilidade do papel dessa nova mulher que será categorizada como mãe (Correia, 1998; Rezende, 2017, Schwengber; Klein, 2019).

Há também outro fator imprescindível para essa mudança, qual seja, o controle dos corpos femininos. A partir do final do século XVIII, a ideia era de “[...] tornar esses corpos mais produtivos e menos ameaçadores à sociedade, já que seriam as ‘fontes’ primeiras da saúde e do vigor da população.” Há, nesse cenário, um fenômeno chamado de publicização do privado. Em outras palavras, as práticas de maternagem deixam de fazer parte só do ciclo familiar, e passam a ter relevância para o Estado (Schwengber; Klein, 2019, p. 49).

Essa mudança de chave no papel da maternidade necessita ser apreendido socialmente para sua manutenção. Na perspectiva da história cultural esse fenômeno é chamado de “esquemas intelectuais”. Para Roger Chartier o objetivo da história cultural é identificar os modos de apreensão da realidade social, ou seja, como em diferentes contextos os indivíduos concebem o modo social no qual estão inseridos. Isso é feito através dos "esquemas

intelectuais" que são as formas com que os indivíduos se apropriam do mundo circundante. Em outras palavras é descrever as formas sociais de construção da realidade, os modos como os fenômenos são construídos, elaborados e dão sentido ao mundo (Chartier, 1991).

Essa forma de apropriação da maternidade é potencializada a partir do final ano de 1760. É nesse contexto que surgem as primeiras recomendações acerca do cuidado materno de forma personalíssima, com apoio e atuação do estado. Já no ano de 1770, a forma de apropriação dada no contexto em comento, estabelece como norma a obrigatoriedade de ser mãe em detrimento de qualquer outra atividade, reforçando assim, a naturalidade das práticas de matinar (Rezende, 2017).

Já no início do século XIX, com as mudanças oriundas nas vivências familiares, principalmente no que tange a valorização dos laços de afeto como valor indissociável das práticas de matinar, amplia ainda mais a concepção de ser mãe. Em outras palavras, a maternidade não se resume mais ao ato de gestar, mas também se preocupa com os aspectos subjetivos da felicidade dos filhos. Esse último, sendo responsabilidade da mãe, ou seja, o seu papel primordial. Essa ideia é respaldada, principalmente, pelos estudos da psicanálise que atribui a essa nova concepção de mãe a característica do sacrifício como algo inato da figura feminina (Correia, 1998).

Essa concepção de maternidade atingiu diretamente as mulheres que eram incapazes de se adequar ao modelo proposto e internalizado, sendo, nesse caso, culpabilizadas por não desempenharem com maestria suas novas tarefas.

Ainda na visão de Correia, a maternidade sob essa perspectiva geraram duas grandes consequências:

De um modo geral podemos considerar que esta mudança de mentalidade teve repercussões em duas grandes linhas: por um lado, permitiu a muitas mulheres viver a maternidade alegre e orgulhosamente, realizando-se numa atividade sentida como útil e gratificante. No entanto, por outro lado, desencadeou noutras mulheres um certo mal estar pois, por uma espécie de pressão ideológica sentiram-se obrigadas a ser mães sem que esse fosse um real desejo. Consequentemente, a sua vivência da maternidade caracteriza-se por uma certa culpabilidade e frustração não encontrando neste papel satisfação pessoal (Correia, 1998, p. 368).

A dualidade entre boas e más mães impossibilitava a compreensão de meandros da maternidade que são apreendidos da realidade e que eram ofuscados naquele momento em razão do modelo de maternidade em ascensão.

Outrossim, já no século XX, com o aprofundamento das discussões acerca das práticas de maternagem (idealizada e naturalizada) por parte da literatura médica e da influência das

ciências (psicologia, por exemplo), a maternidade assume uma “dupla tendência”. Em síntese, a maternidade se concretiza como um fenômeno biológico, mas também, afetivo e incondicional. Diante disso, por se tratar do “século da criança”, há um aprofundamento da proteção da prole em razão da própria condição da mulher, principalmente no que tange a escolha de procriar. Escolher pela não maternidade dentro do processo de gestação, por exemplo, gerava uma punição no plano moral e o controle no plano médico, jurídico e religioso (Vásquez, 2014).

Ainda dentro dessa máxima de disputa na construção do modelo de maternidade, caminhando a passos largos com as modificações sociais, dois fenômenos são extremamente relevantes para a compreensão da maternidade na modernidade, quais sejam, a consolidação do sistema capitalista e as Grandes Guerras (Rezende, 2017).

No que tange a primeira, segundo a citada autora, pode-se dizer que, houve uma modificação nas formas de organização e produção do trabalho feminino. Em linhas gerais, a força de trabalho feminina foi um vetor de destaque para o sucesso do sistema capitalista em questão. Sendo assim, as mulheres assumem responsabilidades fora do lar, sem esquecer-se das condições sub-humanas que essas trabalhadoras enfrentavam (Rezende, 2017).

Quanto a segunda, pode-se dizer que, com o advento das grandes guerras, as mulheres assumiram os papéis dos homens que foram para o combate. Entretanto, com o encerramento dos confrontos, elas foram obrigadas a retornarem aos seus antigos papéis, sendo que, já não era mais uma possibilidade aceita de forma plena (Rezende, 2017).

Esses acontecimentos foram refletidos na modernidade. A grande consequência desses fenômenos foi a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o reconhecimento da necessidade de uma formação educacional para da população feminina, mesmo ainda presente o modelo hegemônico de maternidade (Rezende, 2017).

A modernidade também acrescentou ao modelo de maternidade a ideia da escolha. Ao reconhecer as grandes questões que envolvem o ato de maternas, para além da ideia biologizada, trouxe questionamentos imprescindíveis, como: “[...] ter ou não filha/os, ser ou não ser mãe; quanto/as, quando, como; quem cuida do/as filhos; [...]” (Scavone, 2001).

Tais questionamentos geram sentimentos conflitantes nas mulheres. A necessidade social de serem consideradas “boas mães” se chocam com a impossibilidade de realização das tarefas do dia-a-dia (sejam elas maternas ou profissionais), acarretando assim, estresse, ansiedade e culpa (Mendonça, 2021).

Por essa razão, é importante, segundo a citada autora reconhecer que, “[...] as experiências maternas provocam momentos desestabilizadores nas vidas das mulheres, porque

as subjetividades maternas constituem-se de modos precários, instáveis e lentos” (Mendonça, 2021, p. 58).

Ademais, o não reconhecimento dessas nuances tem o condão de manter a maternidade como uma experiência mágica, romantizada, pois reafirma a necessidade da realização da mulher na maternidade. Entretanto, o esquecimento das questões cotidianas da mulher mãe, cria uma expectativa na maternidade que, na maioria dos casos, destoam da realidade e reforçam a opressão de gênero (Roza *et.al.*, 2017).

Ainda é importante mencionar outra faceta a respeito das transformações acerca da maternidade que tem gerado intensos debates. Dentro desse escopo, sempre se fez necessário refletir acerca do que é pensado, discutido e publicizado acerca da maternidade. Tradicionalmente, ela foi idealizada em uma perspectiva romantizada, associada a valores de sacrifício, autocontrole e entrega absoluta. Contudo, nas últimas décadas, emergiram diferentes discursos que reformulam essa ideia, trazendo novas exigências e interpretações da experiência materna. Entre esses discursos, destaca-se a noção de uma maternidade ecológica, positiva e pela paz, que, embora proponham visões mais otimistas e assertivas, também impõem um conjunto de expectativas que sobrecarregam as mulheres com o desafio de gerir não só suas próprias vidas, mas também o ambiente familiar e social em função de ideais grandiosos. É nesse cenário que surge a crítica a romantização.

A crítica a essa romantização da maternidade não é recente, sendo, por exemplo, amplamente debatida por Simone de Beauvoir, que em “O Segundo Sexo” (1949), denuncia como as mulheres foram historicamente construídas como "outro", sendo limitadas aos papéis de esposas e mães, com suas identidades moldadas e restritas por esses papéis (Beauvoir, 1949).

A crítica feminista contemporânea continua a abordar esse tema, revelando os danos que a idealização da maternidade pode causar, desde a alienação das mulheres em relação às suas próprias necessidades até a pressão para que se conforme a um modelo de maternidade que não leva em consideração a diversidade de experiências e vivências.

Na esteira dessa perspectiva, a maternidade positiva, por exemplo, propõe que as mulheres busquem o equilíbrio entre o cuidado com seus filhos e o autodesenvolvimento, numa abordagem que, se por um lado tenta aliviar a pressão da maternidade como sofrimento, por outro coloca a mulher em uma posição de constante autocontrole e aprimoração.

Este tipo de discurso é, na perspectiva de María Galindo (2004), uma extensão da lógica capitalista e patriarcal, que busca tornar a mulher não apenas uma mãe, mas uma gestora eficiente das múltiplas demandas da vida cotidiana – incluindo a criação dos filhos, a

sustentabilidade ambiental, o bem-estar familiar e o cuidado emocional. A autora alerta para o fato de que, em sociedades de mercado, esse modelo denominado de "maternidade perfeita" se torna mais uma exigência a ser cumprida, uma obrigação que muitas mulheres não conseguem ou não têm como atender devido às desigualdades estruturais existentes.

Por sua vez, a maternidade ecológica, que se preocupa com o bem-estar do planeta e da geração futura, exige das mulheres um compromisso integral com o meio ambiente, transformando o ato de gerar filhos em um projeto de cuidado global. No entanto, como aponta Aguilar (2010), ao colocar a responsabilidade pela preservação ambiental nas mãos das mães, esse discurso ignora a profunda desigualdade socioeconômica que marca o acesso a práticas sustentáveis. Muitas mulheres, especialmente as de classes sociais mais baixas e as indígenas, têm suas condições de vida marcadas por uma luta diária pela sobrevivência, e a cobrança de práticas ecológicas sem o devido suporte social e econômico se torna mais uma forma de cobrança que desconsidera a realidade material dessas mulheres.

Já a maternidade pela paz, que associa a mulher-mãe a um papel de mediadora e educadora de valores éticos e pacíficos, também apresenta um aspecto similar. Em vez de ser uma escolha individual, o que poderia ser um movimento transformador, essa visão se torna uma imposição sobre as mulheres, especialmente em sociedades fragilizadas por conflitos sociais e políticos. A mulher-mãe, nesse contexto, é chamada a carregar um peso simbólico e real: não apenas a criar filhos, mas a garantir a estabilidade e a paz social, ignorando as estruturas de violência e opressão que limitam suas possibilidades de ação.

Em seus estudos sobre poder e governabilidade, o autor Michel Foucault alude que a gestão de si mesma e dos outros, no contexto contemporâneo, tem se tornado uma exigência constante, e a maternidade não escapa a esse movimento. As mães são cada vez mais vistas como gestoras de múltiplas facetas da vida familiar e social, sendo desafiadas a equilibrar todas essas demandas de forma harmônica e eficaz (Foucault, 2005).

A pressão para que as mulheres gerenciem não apenas o ambiente doméstico, mas também seus corpos, suas emoções e as relações familiares, está em sintonia com o que Judith Butler (2004) chama de "normatividade performativa". A maternidade se torna, então, um espaço no qual as mulheres devem realizar uma série de expectativas sociais e culturais, frequentemente em conflito umas com as outras, mas que se impõem com uma força quase invisível. Ser uma boa mãe não é mais apenas um ato de cuidado, mas uma série de escolhas conscientes e ponderadas, muitas vezes acompanhadas de uma cobrança social imensa.

## 2.2 “O AMOR MATERNO”, O INSTINTO MATERNAL E PRÁTICAS DE MATERNAGEM: FUNÇÕES FEMININAS INQUESTIONÁVEIS?

O conceito de "amor materno" como um instinto natural e imutável é um dos pilares centrais na construção social da maternidade, especialmente nas sociedades ocidentais. Esse mito foi amplamente reforçado e legitimado por discursos históricos e culturais, como exemplificado por Elisabeth Badinter (1985) em sua obra “Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno”. A autora explora como a maternidade, especialmente o instinto materno, foi concebida e imortalizada ao longo da história ocidental, oferecendo uma crítica ao essencialismo que associa a maternidade a uma pulsão biológica e inata nas mulheres.

A autora destaca o significado de “instinto materno” na definição do Larousse do século XX, que descreve o instinto como uma “tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo de maternidade”, sugerindo que a mulher é “normal” apenas se for mãe e que sua natureza a leva inevitavelmente ao cuidado de seus filhos. A autora rebate esta visão, afirmando que “uma mulher pode ser ‘normal’ sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho” (Badinter, 1985, p. 11).

Essa crítica de Badinter aos discursos essencialistas sobre a maternidade é relevante, pois aponta para as contradições entre o que se pressupõe ser o amor materno e a realidade das mulheres, especialmente aquelas em contextos históricos de desigualdade social e econômica. A autora reconhece que, ao questionar esse instinto, corre o risco de ser acusada de anacronismo, ou seja, de julgar o passado com os valores da atualidade, como ela mesma observa: "Há muito tempo foi reconhecida a impossibilidade de um observador, por mais circunspecto e cauteloso que seja, despojar-se de seus valores e de suas paixões para ver os outros com toda a objetividade" (Badinter, 1985, p. 12).

Essa reflexão é fundamental, pois nos permite entender que as interpretações da história e da maternidade são sempre imbuídas de valores contemporâneos, ideologias e paixões pessoais, o que interfere na forma como os pesquisadores e historiadores se relacionam com os temas e contextos do passado.

Além de questionar a naturalização do amor materno, Badinter também problematiza a idealização do instinto materno, propondo que o amor das mães não é um sentimento imutável e inato, mas algo que se constrói no cotidiano, a partir dos cuidados diários com o filho. Ela sugere que, ao contrário do que se acredita, o amor materno é adquirido ao longo do tempo, sendo “adquirido ao longo dos dias passados ao lado do filho, e por ocasião dos cuidados que lhe dispensamos” (Badinter, 1985, p. 13-14).

Essa perspectiva levanta uma questão crucial: a maternidade e o amor materno são socialmente construídos e imbuídos de expectativas que nem sempre correspondem à realidade vivida por todas as mulheres. A tentativa de se promover uma discussão sobre a possibilidade de haver mulheres que não sintam esse amor materno incondicional é tida, em muitos contextos, como um desafio aos valores estabelecidos. Como expõe a autora: “Se abandonarmos o instinto em proveito do amor, conservamos neste as características do outro. Em nosso espírito, [...], continuamos a pensar o amor materno em termos de necessidade” (Badinter, 1985, p. 22).

Esse discurso, em muitos casos, reforça a ideia de que a mulher deve ser, por sua própria natureza, mãe, e que qualquer exceção a essa norma deve ser vista como patológica. A mãe que não se dedica totalmente ao cuidado de seu filho é vista, então, como anormal.

No entanto, as críticas à idealização da maternidade, especialmente no contexto das mulheres negras e pobres, são essenciais para questionarmos as condições materiais que estruturam a maternidade, especialmente aquelas que limitam a capacidade das mulheres de vivenciar o "amor materno" como idealizado pelos discursos dominantes.

Dentro desse escopo é importante destacar que os discursos dominantes, de modo geral, trataram da maternidade a partir da perspectiva das mulheres da classe média e alta, que poderiam escolher se dedicar à maternidade ou se inserir no mercado de trabalho, sem que uma coisa anulasse a outra. A ideia predominante era a de que a mulher, em sua liberdade, deveria poder optar por ser mãe e, ao mesmo tempo, participar ativamente da vida pública e da economia. Nesse contexto, a maternidade era vista como uma experiência positiva, onde o cuidado com os filhos era um ato de liberdade e realização pessoal. Esse discurso, embora revolucionário para as mulheres da classe média, desconsiderava completamente as condições de muitas mulheres, especialmente as de classe baixa, para quem a escolha de ser ou não ser mãe não estava em suas mãos, mas sim na imposição das condições de vida.

Mulheres negras, em particular, enfrentam um conjunto de intersecções de opressão que dificultam o exercício pleno da maternidade como idealizado pelo discurso dominante. Historicamente, essas mulheres foram desumanizadas e tratadas como "escravas reprodutoras", sendo forçadas a trabalhar em funções subalternas, como empregadas domésticas ou trabalhadoras rurais, sem tempo ou apoio para cuidar de seus filhos de maneira exclusiva.

Conforme destaca Collins (2000), as mulheres negras, nos Estados Unidos, foram sistematicamente excluídas do discurso dominante, cujas agendas frequentemente ignoravam as questões de raça e classe que moldam suas realidades. As mulheres negras, longe de serem

vistas como "mães naturais" ou "educadoras ideais", foram frequentemente forçadas a abrir mão da criação dos filhos devido à necessidade de trabalhar fora de casa, um reflexo das desigualdades estruturais do capitalismo e do racismo sistêmico.

A realidade material dessas mulheres é descrita com precisão por Lorde (1984), que escreve sobre a experiência de ser uma mulher negra, lésbica e feminista, enfrentando múltiplas formas de opressão. A autora afirma que, ao mesmo tempo em que o discurso feminismo dominante propunha a ideia de uma maternidade idealizada, as mulheres negras foram e continuam a ser privadas de sua humanidade, incluindo seu direito de cuidar e de se dedicar aos filhos. A escolha pela maternidade, então, nunca foi completamente delas, mas foi distorcida por condições econômicas que as forçavam a adiar, compartilhar ou delegar esse cuidado.

Quando a análise é feita sob a perspectiva do trabalho pode-se observar que, a imposição do trabalho remunerado sobre as mulheres negras não é apenas uma questão de sobrevivência econômica, mas também uma forma de subordinação materna. A maternidade para mulheres negras e pobres nunca foi simplesmente uma experiência de amor incondicional, mas uma tarefa cercada de sobrecarga, pressões sociais e ausência de apoio. Nesse sentido, é uma das primeiras formas de trabalho invisível e não remunerado, especialmente para mulheres que vivem em contextos de opressão racial e econômica (Hooks, 2000).

Na realidade do trabalho doméstico, por exemplo, muitas mulheres negras foram e ainda são vistas como "mães substitutas", ou seja, suas funções de cuidado e educação não são valorizadas ou reconhecidas como um trabalho legítimo. Isso inclui tanto o trabalho de cuidar de seus próprios filhos, muitas vezes em condições de extrema pobreza, quanto o cuidado dos filhos de outras famílias, como acontece com as empregadas domésticas, em sua maioria negras. Existe uma crítica no movimento feminista negro sobre a desvalorização do trabalho dessas mulheres, ressaltando que elas são sobrecarregadas com as responsabilidades de cuidar e educar os filhos de famílias brancas, enquanto seus próprios filhos ficam à margem, com poucos recursos e sem as condições ideais para o cuidado materno (Gonzalez, 1984).

Nesse sentido, o conceito de "trabalho reprodutivo" trazido por Silvia Federici (2004) também é importante para entender essa dinâmica. A autora argumenta que o trabalho de reprodução, que inclui o cuidado com os filhos e com o lar, é sistematicamente desvalorizado pelo capitalismo, que faz com que as mulheres, especialmente as negras e pobres, carreguem essa carga sem o devido reconhecimento ou compensação. Para essas mulheres, o trabalho

não é apenas uma necessidade, mas uma exigência estrutural que as impede de viver plenamente a experiência da maternidade dentro dos parâmetros do feminismo liberal.

Sendo assim, é notório que as experiências de maternar ao longo dos séculos não são desenvolvidas de forma linear. Na verdade, trata-se de um processo tenso, com diversas rupturas dentro da própria estrutura, ressignificações e disputas. A razão disso é que não estamos tratando de mulheres com as mesmas condições de classe, raça, origem ou sexualidade. A atenção a esses meandros nos permite considerar as camadas complexas e desafiadoras que envolvem as maternidades.

Diante de todo o tencionamento apresentado, o próximo capítulo se encarregará de tratar, partindo dos pressupostos aqui apresentado, acerca do resultado auferido quando das novas percepções da maternidade, em especial, a monoparentalidade feminina (mãe solo) – objeto desse trabalho.

### **3 MONOPARENTALIDADE FEMININA E SUAS REPRESENTAÇÕES: SOU MESMO UMA MÃE?**

“Atrás de um grande homem tem sempre uma ‘grande’ mulher”.

#### **3.1 UM OLHAR SOBRE A MONOPARENTALIDADE FEMININA**

Na dissertação “Famílias Monoparentais Femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG” (2003), de Luciana de Castro Alvares, a autora possui a intenção de abordar os principais aspectos que envolvem o universo da monoparentalidade feminina, com um olhar mais voltado para esse arranjo familiar, que foge do padrão tradicional de família burguesa patriarcal. Pois as mulheres nesse arranjo assumem as responsabilidades da família sozinhas, enfrentando grandes dificuldades e desafios, o qual merece atenção e reflexão.

Partindo disso, a autora designa duas formas de conceituação desse arranjo familiar, dialogando com Carvalho, a fim de mostrar que o autor coloca dois termos precisos de forma contextualizada o qual poderá se dar por: chefia civil ou chefia de direito. O primeiro refere-se à ausência de um conjugue ou parceiro masculino dentro do ambiente familiar, podendo assim as mulheres ser solteiras, separadas, divorciadas e/ou viúvas; e o segundo, refere-se às famílias onde as mães são as maiores provedoras econômicas, independentemente da presença de um conjugue ou companheiro (Álvares, 2003; Carvalho, 1988).

A partir dessas concepções, visto a importância de se discutir os dois casos, me interessa mais a situação da mulher enquanto chefia civil, voltada principalmente para discussão de um arranjo familiar centrado na mãe sem a presença de um conjugue ou companheiro, sendo estas responsáveis por maior participação e designada as maiores ou totais responsabilidades do lar e dos filhos.

Conforme as lições de Vitale (2002), a fim de conceituar outro termo e nomenclatura, às famílias monoparentais femininas, o qual de acordo com o autor se deu por Nadine Lefaucheur na França, designaria unidades domésticas em que as pessoas vivem sem conjugue. A partir disso, é importante saber distinguir e caracterizar os termos, pois o conceito de chefia familiar contemporâneo pode se dar tanto por mães com filhos que não convivem com a presença paterna masculina, quanto por famílias em que as mulheres chefiam por serem as maiores provedoras socioeconômicas do lar. Sendo assim, é importante dizer que

o termo monoparentalidade feminina é exclusivo as chefias civis, ou seja, as que não possuem cônjuges ou companheiros em seu ambiente familiar.

Para uma melhor explanação, é imprescindível levar em consideração como os fatores econômicos, sociais, demográficos e regionais condicionam com o aumento deste arranjo e isso pode ser visto, principalmente, nos dados de pesquisas em âmbito mundial e nacional, que mostram a relação da monoparentalidade feminina com o empobrecimento desde os primórdios nas grandes cidades brasileiras, senão vejamos:

Dados de 1804, em Vila Rica de Ouro Preto, MG, mostram que 45% dos domicílios eram sustentados por mulheres. Dados levantados em outras regiões do Brasil mostram a mesma tendência. Em São Paulo, em 1836, por exemplo, 30% das famílias eram chefiadas pelas mulheres. No Ceará, em 1887, a média era de 30% (CEDHAL, p. 68)

Ainda no que tange a correlação do aumento da monoparentalidade feminina com empobrecimento, Vitale vai discutir como essa problemática impactou a criação de modelos de programas para o auxílio dessa construção familiar e redução dos estigmas acerca da responsabilidade de prover cuidados e proteção aos seus membros, senão veja-se:

[...] convém ainda ressaltar que a associação entre famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e pobreza aponta claramente estes segmentos como foco de critério para programas sociais. Na última década, estudiosos da família, na perspectiva demográfica, como é o caso de Goldani, já chamavam a atenção, a partir dos dados dos censos anteriores, para esta prioridade. Os possíveis programas dirigidos para as famílias pobres monoparentais femininas deverão contribuir para sua maior autonomia e não para estigmatizá-las como sem condições de oferecer cuidados e proteção aos seus membros (Vitale, 2002, p. 52).

Ainda sobre os desafios e responsabilidades que a mãe, enquanto chefe de família enfrenta, Ribeiro vai dizer que:

A mulher tem que desempenhar vários papéis e se dividir entre emprego, tarefas domésticas e cuidados com as crianças, encontrando desta forma, obstáculos particularmente grandes para sua inserção no mercado regular de trabalho, com exigência da participação em tempo integral (Ribeiro, 2002, p.154)

A autora Luciana Castro Álvares ainda vai tratar sobre o universo masculino e a paternidade, mais precisamente sobre os estigmas e estereótipos que os envolve, o que de certa forma está correlacionada com a situação da monoparentalidade feminina, tendo em vista que a separação da compreensão de um para outro não é possível. Tentar entender os

desafios das mães chefes de família, e suas responsabilidades socioeconômicas, emocionais e a base formadora de identidade dos filhos, é também tentar buscar compreender o papel e função do pai na sociedade contemporânea, tendo em vista que tais papéis e funções estão intrinsecamente ligados aos resquícios fortemente deixados pelos legados históricos de uma sociedade burguesa patriarcal (Álvares, 2003).

A partir disso, a autora dialoga com Nolasco (1995), a fim de mostrar esse papel/função bastante caricato, prevalecendo a cultura de pai patrão, aqueles que só deve prover o sustento familiar e prover a postura de autoridade e disciplinador, distanciando bastante do campo das emoções e sentimentos:

[...] os homens se constituem como sujeitos: 'a casa é coisa de mulher', 'criar filho é coisa para a mãe', 'ela tem mais jeito para isto', 'o homem responsável deve trabalhar e garantir que não falte nada para os filhos'. Esta forma caricata toca em um ponto central: o distanciamento dos homens latinos em relação à dinâmica familiar e seu envolvimento afetivo com a opção de ter filhos. O lugar de pai é, para a maioria dos homens, desconhecido afetivamente, há nele uma enorme lacuna e silêncio que o envolvimento exagerado com o trabalho e a delegação das responsabilidades domésticas para a mulher vêm mascarar (Nolasco, 1995, p.88).

Essa construção é fruto da divisão dos papéis de gênero. E essa divisão molda a formação dos sujeitos dentro da família patriarcal. Sentimentos e emoções estão para os homens como o trabalho braçal estão para as mulheres (não que elas não consigam desenvolvê-los). A estrutura patriarcal cuidou de manter as funções sociais vivas no imaginário dessa sociedade. A concepção de mãe é àquela que cuida do lar, dos seus filhos e cuida do seu marido. A função do pai é prover o sustento. Mas o que é ser pai?

Martinez vai trazer essa discussão que se baseia na ampliação do conceito de ser pai, estabelecendo que:

[...] em constante intercâmbio com a criança (num espaço de tempo determinado), escolhe construir junto ao seu filho laços afetivos duradouros em ambas direções (pai-filho,filho-pai) e é escolhido pelo menor como a figura parental significativa com base no apego emocional desenvolvido e não necessariamente por ser o progenitor (Martinez, 1999).

Sua ressalva e reflexão nesse capítulo são sobre essa ampliação do significado de pai e a busca por uma paternidade que está além da participação e contribuição genética, mas de uma paternidade que aproxime a relação pai-filho, de uma participação mais ativa e mais significativa.

Ainda nessa perspectiva, é importante ressaltar que a distinção desigual e confusa dos papéis dos pais limita de forma grotesca as participações por igual que ambos devem prover aos filhos:

Na família contemporânea, tenha o casal ou não filhos, cada vez mais confundem-se os papéis do homem e da mulher na vida conjugal. Atribuir à mulher o papel de cuidar do lar e ao homem o de sair à rua para prover o sustento da família não só é um modelo arcaico que remonta às origens do processo civilizatório como soa hoje em dia como um estereótipo tangenciando o ridículo (Osório, 2000, p. 17).

Para além dessa discussão, é salutar trazer à baila o retrato dos desafios enfrentados pelas mães solas. No texto de Lívia Karla Baliana intitulada “Monoparentalidade Feminina e seus desafios: um estudo exploratório”, a autora utiliza-se de pesquisas e entrevista com dezoito mães, a fim de discutir os desafios que é enfrentado por elas enquanto pertencentes a monoparentalidade feminina. Baliana, no segundo capítulo, mais precisamente no subtítulo: monoparentalidade feminina aborda o significado do termo e sua transformação, como também o sentido aplicado ante as mães que vivenciavam a situação de abandono ou estado de viuvez do marido, gerando assim a obrigatoriedade de serem mães solas. No entanto, a autora nos demonstra também, que o termo com o decorrer do tempo, a partir das mudanças ocorridas na figura feminina na sociedade, tal questão passa a se tornar opção, seja pela opção de se separar e divorciar do marido ficando com a guarda dos filhos, seja pela opção de ter filhos sozinhos, por meio de adoção ou fertilização artificial (Baliana, 2013).

Outro ponto de discussão que Lívia Karla Baliana coloca, é a diferenciação da monoparentalidade feminina e suas consequências entre mulheres de classes sociais distintas. Através de dados de pesquisas e estatísticas, ela aponta que as mães que correspondem a monoparentalidade feminina de classe baixa, tendem de acordo com suas situações financeiras precárias, a se relacionarem mais rapidamente com outro companheiro, em busca de uma melhor estabilidade. Enquanto, as mães que se encontram em classe média e mais elevadas, e por estarem bem financeiramente, costumam a tardar um novo tipo de relacionamento com um parceiro (Baliana, 2013).

Aponta também, que quanto a separação e situações de divórcio, ocorre uma diferenciação de papéis entre os homens e as mulheres, pois a mãe enquanto cuidadora “natural” dos filhos, fica com a guarda destes, e toda as responsabilidades envolvidas, enquanto que o pai com o dever de “alimentar” (no sentido mais rudimentar e restrito da palavra), constituindo assim papéis desiguais.

Corroborando com essa ideia, Costa expõe que:

Quando o homem deixava aquele lar, sua responsabilidade deixava de existir juntamente com o rompimento do vínculo conjugal, que seria assumido pelo próximo parceiro da mulher. Culturalmente, se criou o costume de que o homem é responsável por todo e qualquer filho da mulher enquanto vive com ela, e por nenhum, inclusive os seus, após cessada a convivência conjugal (Costa, 2002, p. 24).

Ainda sobre essa perspectiva Livia Karla Baliana ressalta que:

As famílias monoparentais são um arquétipo desta conjuntura, pois existem há muitos anos, mas sempre estiveram à margem da sociedade e, principalmente, da legislação. Não obstante o aumento do número de pessoas nesta situação familiar tenha sido realmente expressivo nos últimos anos, nunca obtiveram uma real proteção jurídica e sempre foram vistas com muito preconceito, entendidas como resultante de um fracasso pessoal, especialmente da mulher, que, comumente, é considerada a vítima da situação (Baliana, 2013, p. 24).

Ademais, Baliana coloca sua discussão principal em torno da vida das mães que vivem a monoparentalidade feminina, onde ao se dedicar a uma vida profissional, muitas vezes, com exigências cada vez maiores, se debruçam com os desafios do trabalho e cuidarem dos filhos e da casa. Sendo assim a autora também ressalta que:

[...] as mulheres experimentam mais estresse e tensão pela participação em múltiplos domínios, mas que utilizam estratégias de *coping* menos eficazes que os homens. Por outro lado, há evidências que as mulheres são mais capazes de gerir as transferências negativas (Baliana, 2013, p. 39).

A autora coloca uma atenção quanto ao fenômeno “dupla jornada”, que é justamente essa dualidade de conciliar os filhos e a casa com suas devidas responsabilidades, e ainda o trabalho, senão veja-se:

Dentre os vários desafios que uma mãe tem ao cuidar de seu (s) filho (s) na atualidade, um fenômeno que merece destaque é a dupla jornada de trabalho. A “Dupla jornada” é um assalto ao bem-estar da mulher, porém, elas tendem a aceitar esta situação (Baliana, 2013, p. 40).

De forma bastante exploratória, Livia Karla Baliana discute sobre as problemáticas enfrentadas por essas mães, dentro de uma sociedade que ainda respinga diariamente representações arcaicas sobre a maternidade e paternidade, e diversos estudos tem trabalhado com essa questão, evidenciando a necessidade de expandir a discussão desse arranjo familiar que sempre existiu, mas que emergiu consideravelmente a partir de outras condições, como por opção.

### 3.2 PENSANDO OS CONCEITOS DE REPRESENTAÇÃO E APROPRIAÇÃO À LUZ DA MONOPARENTALIDADE FEMININA

As estatísticas mostram que no Brasil, as mães solo representam uma realidade considerável. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) dão conta de que o número de famílias monoparentais no Brasil formadas por mães e filhos alcançou onze milhões, sendo que 45% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres solteiras.

Reconhecida pela Constituição Federal, artigo 7 (cap. IV, XII, XVIII, XIX, XXV e XXX) que proibiram discriminações e novas leis como a Lei n 883 (BRASIL, 1949) e o artigo 226 (incisos 1º a 8º) concederam direitos e possibilitaram o reconhecimento da família monoparental. Embora que na prática o discurso sobre a família seja reducionista.

Atualmente, de acordo com o Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no terceiro trimestre de 2022: “a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões” (DIEESE, 2023).

Sendo que desse quadro, teve um aumento significativo de mães solo negras, enquanto que a monoparentalidade feminina na porção da população autodeclarada branca e amarela seguiu consideravelmente estável.

Segundo Minamiguchi (2017), que apresenta diferentes dados sobre essa configuração familiar, destaca também a relação das mulheres em famílias monoparentais com a educação.

Utilizando-se dos censos demográficos dos anos de 1990, 2000 e 2010, podemos notar a relação entre a monoparentalidade a partir do nascimento do primeiro filho e os anos de escolaridade. Das famílias monoparentais que residem sozinhas, com filhos de até um ano, sem apoio de familiares, apenas 2,2% tem mais que 12 anos de escolaridade, enquanto que em família bi parental, esse número sobe para 67,1% segundo o censo de 2010 (Minamiguichi, 2017).

O que nos leva a pensar que uma família monoparental feminina sem apoio de outros familiares, ou mesmo, sem políticas públicas pensadas para esse público, ficam excluídas do ambiente educacional. Além disso, segundo o mesmo autor, quanto maior o grau de escolaridade mais tardiamente é a possibilidade de entrada na família monoparental.

A partir das pesquisas é possível analisar a maior entrada de mulheres negras com predominância na região Nordeste, em famílias monoparentais. Também podemos notar que a entrada na monoparentalidade se dá próximo aos 20 anos, contudo, sua maior proporção está

na faixa etária de 35 anos. No tocante à escolarização, percebemos a relação existente quanto menos anos de estudo, menor é a faixa etária da entrada na monoparentalidade.

Isso reforça o que já tínhamos colocado que esse público é atravessado por diversos marcadores sociais, como classe, raça, geração e também gênero. Pensar essa pesquisa e esse público nos fez nos aproximar de perspectivas teóricas que evidenciassem o lugar social dessas mulheres. Como o trabalho de Vasconcelos (2021) ao falar em sua pesquisa sobre a vida e o processo de construção de si de Dona Farailda como possibilidade de pensar rebeldias femininas nos sertões brasileiros (Vasconcelos, 2018, 2019). A autora propõe discutir o conceito de feminismo aprendente, em que a escuta e o afeto devem estar no centro. Em sua de pesquisa de doutorado, Vasconcelos (2021, p. 34) afirma que teve que caminhar em uma “linha tênue entre o envolvimento afetivo inevitável, mas também desejável, nesse tipo de investigação, e o distanciamento necessário, ou a objetividade forte, como propõe Sandra Harding (2019), para desenvolver análises sobre hierarquias de gênero e rebeldias femininas na sociedade estudada”. Assim, entendemos como Vasconcelos, que uma pesquisa que trata de questões tão subjetivas, que falam da história e da vida de mulheres mães, de suas dores e de seus sentimentos não podem ser tratadas de forma distante.

Um outro autor que nos ajuda a nos aproximar desse debate é o antropólogo equatoriano Guerrero Ariais (2010) que partir da crítica à colonialidade, conceituou a possibilidade de racionalizar ou raciocinar com o coração – corazonar :

Uma das formas mais perversas da colonialidade do poder e do ser tem sido a negação da afetividade no conhecimento, fragmentando a dimensão do humano em nome da razão cartesiana ocidental hegemônica. [...] Corazonar constitui uma resposta política insurgente à colonialidade do poder, do saber e do ser, uma vez que desloca a hegemonia da razão e mostra que nossa humanidade se baseia na inter-relação entre afetividade e razão, e que tem existência no horizonte. No Corazonar não há centro, pelo contrário, o que se busca é descentrar, deslocar, fraturar o centro hegemônico da razão. O que o Corazonar faz é, em primeiro lugar, colocar algo que o poder sempre negou, o coração, e dá à razão afetividade. Corazonar, portanto, não exclui o coração, nem torna a razão invisível, pelo contrário, o Corazonar a nutre com afetividade, a fim de decolonizar o caráter perverso, conquistador e colonial que ela teve historicamente (Guerreiro Arias, 2010, p. 83 e 89).

Neste sentido, mesmo que de forma ainda inicial, foi o nosso desejo de pensar as falas das mulheres nesta pesquisa, quem são essas mulheres, que confiaram em compartilhar conosco a sua história, mulheres sertanejas, mulheres nordestinas, que foram atravessadas como tantas de nós pelo discurso neoliberal, muitas de suas ancestrais foram exploradas por

esse sistema que excluiu seus saberes e tudo aquilo que não se encaixava na perspectiva da racionalidade e da ciência.

## **4 MULHERES E MÃES SOLOS – DILEMAS E DIFICULDADES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Iremos analisar neste capítulo as entrevistas realizadas, se trata de três mulheres que compartilharam suas experiências e sentimentos sobre a vivência de fazer parte de uma família monoparental. As entrevistas foram realizadas a partir de uma conversa e de questionário semi-estruturado, que, no entanto, não limitou a fala das mesmas, para outras questões que pudessem surgir.

As entrevistas foram representadas por letras e pela idade, A - 29, (pedagogia) – B 26 (pedagogia) e T -20 anos (História). Se tratando de um perfil geral das entrevistadas desta pesquisa, podemos considerar algumas questões iniciais importantes: são mulheres nordestinas, mais precisamente do interior sertanejo, de municípios interioranos, de históricos familiares de classe social popular, o qual tiveram e tem experiências como trabalhadoras em modalidades de subempregos, e no atual momento de suas vidas enfrentam os desafios de uma graduação em universidade pública federal no sertão nordestino, sendo mães solas.

Assim, tentamos ao longo das entrevistas proporcionar um espaço de escuta e afeto, pensando as fontes orais como uma possibilidade de falar sujeitos que teriam pouco espaço nos cânones historiográficos. Para Alessandro Portelli (1996), ao narrar suas histórias as/os sujeitas/os interpretam, filosofam e elaboram significados das experiências vividas. Assim, entendemos as entrevistas não como um amontoado de informações a serem interpretadas, mas como possibilidade de escolhas das entrevistadas e da pesquisadora.

### **4.1 O PENSAMENTO ANTES DE SER MÃE: ASPIRAÇÕES DESEJOS E SONHOS**

Partindo da ideia que Paulo Freire discute em “A pedagogia do oprimido” de que cada indivíduo possui uma chave, que o possibilita ler os fenômenos de seu contexto atual Freire (1987) e no que se refere a maternidade e as mães solas graduandas, alvos do presente trabalho, como estas concebem ou concebiam suas aspirações, desejo e sonhos antes de serem mães? E após se tornarem mães, na condição de mães solas, o que mudou em suas concepções? Em que momento converge seus pensamentos sobre, e em que momento se distancia? São essas e mais perguntas pelas quais neste momento trataremos de discutir brevemente, de modo que consigamos apreender pontos cruciais acerca destas mulheres, pelas quais a partir de colocações sobre suas aspirações, desejos e sonhos, estas possam nos

mostram o lado emocional e sentimental que carregam, haja vista a necessidade de também fazer isso diante do cenário discursivo hegemônico que tende a racionalizar as ações feministas de suas lutas.

Como já fora discutido nas seções anteriores, para se conceber a mãe, é preciso antes de qualquer coisa ter a consciência que seu sentido enquanto personagem é:

[...] relativa e tridimensional. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos dos filhos. Toda pesquisa sobre os comportamentos maternos deve levar em conta essas diferentes variáveis (Badinter, 1985, p. 25).

Ou seja, toda mulher se concebe de maneiras próprias, antes mesmo de se tornar mãe, é um sujeito específico, que embora socialmente esteja atrelada a ideia primordial da maternidade, ainda sim é um ser que aspira desejos e sonhos, o qual nem sempre está associado a ideia da maternidade ou de ser mãe. No entanto, quando suas experiências se atrelam a maternidade, muitas vezes é marcada por exploração e opressão como é o caso das maternidades experiências vivenciadas pelas mulheres negras e racializadas. Quando questionadas sobre como pensavam antes de ser mãe, quais eram suas aspirações, sonhos e desejos as entrevistadas responderam:

Ter um emprego fixo, estudar, me formar. Ser mãe também foi, já era uma meta ser mãe. “Certo. E, tu foi mãe antes da graduação, durante? Como foi isso?” Antes da graduação. Entrei, daí o curso de graduação já por ser mãe. Já escolhi o curso da graduação de pedagogia, já por ser mãe (A, 29).

Eu, na minha cabeça, não pensava em ser mãe! Não era uma vontade. E eu tinha vários objetivos, é viajar, me formar. Mas ser mãe não estava entre eles. Eu queria, sim, adotar uma criança no futuro, mais a frente mais, ter mesmo, eu acho... eu não me via, gestando uma criança, entende? Mas aí quando eu descobri, já foi um choque, porque foi aconteceu sem querer, né? Sem querer porque teve uns... Problemas (B, 26).

É claro que eu seguia aquela linha que todo mundo tem: terminar os estudos, começar a trabalhar, aí noivar, casar e depois ter filhos, eu seguia essa linha de raciocínio (T, 20).

O que podemos ressaltar acerca das respostas é que, as entrevistadas expressam algo bastante característico de nossa contemporaneidade, que é o pensamento de seguir um percurso linear característico do sistema liberal onde as mulheres para conseguir realizar as etapas primordiais de suas vidas, se espera que devem se dedicar aos estudos, se formar, trabalhar, casar para enfim se tornar mãe e formar uma família, de modo que consigam se realizar plenamente, quando se não se sentirem valorizadas dentro da nossa sociedade.

Basicamente é isso que se espera quando o alvo destas é seguir uma carreira, é o passo a passo para um fim conquistado com sucesso. O que se contrasta, por exemplo, com o cenário dos séculos XVI ao XVIII, o qual cabia apenas a mulher o casamento e formação da família, onde se predominava mais que tudo a autoridade paterna e marital (Badinter, 1985, p. 31).

Embora a mulher hoje possa por ter conseguido através das lutas e reivindicações o direito de ocupar o espaço público, tanto do trabalho, quanto das universidades, é importante mencionar que a lógica de se desejar e sonhar com o casamento e em se tornar mãe ainda é bastante forte, evidenciado nas falas das entrevistadas (A, 29) anos e (T, 20) anos. Enquanto que para a entrevistada (B, 26), o desejo de ser mãe já não era algo desejado e pensado antes desta se tornar mãe. Isso evidencia a complexidade que nossa contemporaneidade carrega, entre aquilo que se constitui como rupturas e permanências<sup>3</sup>.

Ainda analisando as falas das entrevistadas já expostas, podemos ressaltar o que Barbosa (2022) a partir de Zanello (2018) aborda em sua tese acerca do que viria a ser os “dispositivos” que nos subjetivam, o qual certamente cabe explicar o lugar social pela qual nos foi/é conferido (Barbosa 2022), de modo que o que almejamos, desejamos e planejamos se alinha ao que fora pretendido na consolidação do projeto colonial do colonizador do nosso país (Barbosa 2022). Sobre isso:

Assim, a partir de Zanello e sua teoria dos dispositivos que nos subjetivam, chegamos ao lugar de pensar a historicidade das ideias de família, casamento e maternidade que permeiam nossas crenças até os dias de hoje. Desta maneira, fica mais próximo compreendermos que nos constituímos subjetivamente de forma a almejarmos um lugar social privilegiado de acordo com um padrão colonial que é ideal, mas não real. Tal padrão está assentado na noção de família nuclear patriarcal e é forjado através do contrato do casamento e perpetuado a partir do exercício da maternidade (Barbosa, 2022, p. 49).

Deste modo, quando (T, 20) diz “eu seguia aquela linha que todo mundo tem: terminar os estudos, começar a trabalhar, aí noivar, casar e depois ter filhos” ela nos evidencia justamente o que Zanello(2018) trata com sua teoria, de que somos inseridas a partir do dispositivo amoroso de modo que nos subjetivamos a conquistar um lugar de valorização e privilégio a partir não só da “prateleira do amor Zanello (2018) mas um lugar social dentro da nossa sociedade.

---

<sup>3</sup> Tais conceitos na história são amplamente discutidos por historiadores e teóricos das ciências sociais, um dos principais nomes que aborda essas ideias de maneira estruturada é o historiador Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos Annales. Bloch e os outros historiadores dessa escola dão ênfase a importância de se entender a continuidade (permanências) e as mudanças (rupturas) ao longo do tempo na análise histórica. Autores contemporâneos como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm também se utilizam de questões relacionadas a rupturas e permanências em suas análises sociais e históricas.

A mulher ocupa o espaço público, seja no trabalho ou na universidade, isso de fato foram conquistas históricas importantes. Mas o que acontece nas entrelinhas das vivências dessas mulheres que são mães, e que são mães solas, pela qual muitas vezes não é ressaltado pelas pessoas?

Por isso, entendemos a fala das entrevistadas como possibilidade de escuta, e não apenas de análise. Escutar como elas se sentem, seus sentimentos, opiniões e perspectivas de vida, nos ajudam a nos aproximar delas.

Se tratando de um perfil geral das entrevistadas desta pesquisa, podemos considerar algumas questões iniciais importantes: são mulheres nordestinas, mais precisamente do interior sertanejo, de municípios interioranos, cuja faixa etária se encontra entre 20 a 29 anos, de históricos familiares de classe social popular, os quais tiveram e têm experiências como trabalhadoras em modalidades de subempregos, e no atual momento de suas vidas enfrentam os desafios de uma graduação em universidade pública federal no sertão nordestino, ambas sendo mães solas.

Assim, passamos a entrevistada T(20 anos, graduanda de história) nos mostra em sua apresentação inicial:

Eu tenho vinte anos, sou da cidade de Pombal. É... agora estou trabalhando na Educação, graças a Deus! Consegui um emprego como contratada pela prefeitura. É... tô no curso de História, desbloqueada obviamente, porque ninguém depois do quinto período fica bloqueado, e tentando sair com uma criança de dois anos nas costas, que eu carrego todo dia o fardo, aquele peso materno: meu Deus, eu tô longe de minha filha, e ela tá lá e eu não tô acompanhando aquele momento com ela, mas tamo seguindo aqui ainda... (T, 20).

Para além da faixa etária já mencionada pelas entrevistadas desta pesquisa, é possível observarmos alguns pontos importantes na fala de T. Ao se referir que está “trabalhando na Educação, graças a Deus!” (T, 20) nos mostra o quanto esse fator econômico social é de grande valia em sua vida, o que não se dá como exceção em seu caso, mas uma realidade que atravessa milhares de pessoas, principalmente mulheres, que na região nordeste e interiorana de municípios pequenos e afastados dos grandes polos, o acesso a emprego é tão difícil quanto uma boa remuneração e segurança econômica.

A questão do emprego como contratada, nada mais evidencia outra realidade de nossas localidades, pela qual politicamente o acesso a pequenos empregos se dão de maneiras temporárias e incertas em sua duração, a partir de contratos pela prefeitura, enfatizando como nossas relações políticas ainda se encontram presas em certas práticas antigas do famoso coronelismo. Em outras palavras, nada mais é do que troca de favores, onde por um apoio

político partidário, se dão as oportunidades de empregos mesmo que temporários as pessoas. A reflexão aqui não é somente a problematização em torno desta prática política em questão, não se trata de discutirmos extensamente sobre a história e imbricações destas nas vidas dos sertanejos de localidades pequenas e interioranas, mas não podemos deixar de mencionar que este fator é tão importante quanto qualquer outro para nossa discursão. Pois, envolve os sentimentos, o modo de vida e as perspectivas que estas possuem diante desta realidade. Quanto a isso, Vasconcelos (2022) nos apresenta a importância de se falar e discutir o conceito de sertanidades:

Pensar sertanidades é evocar um conceito que vai além da descrição geográfica e territorial de sertão. As sertanidades podem ser definidas como pertencimento, saberes, vivências e experiências de sujeitas e sujeitos das mais diversas margens do Brasil – interioranas, rurais, sertanejas – que (re)inventam formas de existência e superam os estereótipos historicamente construídos sobre os interiores mais profundos, seus habitantes e costumes. O conceito vem sendo elaborado por Vânia Vasconcelos e Claudia Vasconcelos, também por Ana Veiga, nessa junção e troca de ideias, sempre em perspectiva intelectual-afetiva. Nessa concepção, o sertão aparece não apenas como o semiárido e o precário, com cenas cristalizadas de fome e pobreza, mas como espaços rurais e plurais, interioranos, lugares considerados periféricos, mas plenos de saberes e riquezas. Tais espaços não raras vezes são vistos como estáticos, atrasados, reprodutores de hierarquias de gênero paralisadas no tempo (Vasconcelos, 2022, p. 16).

É preciso ressaltar a necessidade de se pensar nossos espaços enquanto lugares de saberes e construção de práticas, evidenciar que o que mais nos cabe em nossa pesquisa esteja relacionado ao conceito de sertanidades, como muito bem as autoras nos apresentam e vem discutindo. Tirar de foco o que fora construído discursivamente acerca do nosso território e povo, tentar acabar com a visão precária e acabada em que se fizeram dele. Não precisamos nos basear nas lutas e reivindicações de sociedades europeias cujas necessidades não nos representam, de maneira que apaguemos ou silenciemos as nossas próprias vivências e experiências em prol do que hegemonicamente se perpetuou.

Afinal de contas, são mulheres nordestinas, mães solas e ocupantes do espaço acadêmico sertanejo, e mostrar quem são e o que querem é nada mais que uma tarefa necessária de se repensar nossa história, de se repensar novos jeitos de se fazer história, assim como de problematizar a partir de óticas próprias.

Outro ponto importante a ser observado é, a questão do decurso da própria graduação, onde podemos ver através da fala da entrevistada já citada que a questão do “desbloqueamento” é uma realidade comum por entre os estudantes de maneira geral, no entanto, se torna mais evidente nos casos de mulheres mães, e as que são mães solas, a qual tem que se deparar com

duplas jornadas e até triplas. É interessante considerarmos, que estas mulheres, possuem demandas diferentes da maioria dos estudantes, principalmente daqueles que além de não terem filhos não trabalham, pois, o tempo e condições de se dedicarem as atividades acadêmicas são diferentes, o que refletem principalmente em seus resultados e desenvolvimento nas disciplinas.

O fator trabalho é importante para discutirmos a questão da diferenciação de tempo e condições necessárias no que concernem para dedicação as atividades acadêmicas por entre os estudantes de graduação. Buscar compreender a lógica capitalista liberal que opera sobre nossa sociedade e a maneira como o trabalho é configurado nela para os indivíduos a partir de elementos como gênero e raça, é parte do processo de reflexão de como e porque as mulheres pobres e que são mães solas possuem jornadas duplas e até triplas de trabalho, e em como isso as coloca tanto em questões de fragilidade física/emocional como as marcam sempre como aquelas pela qual a subida ao topo possui mais obstáculos que seus companheiros que não tem que desempenhar mais de um tipo de trabalho.

Entendemos então, que todas as tarefas que caracterizam o trabalho produtivo e o reprodutivo sempre foram executadas ao longo da história, resguardando, obviamente, os modos de viver, ser e estar no mundo de cada sociedade em cada tempo histórico. Foi o capitalismo que ordenou e hierarquizou tais formas de trabalho dentro de uma lógica que os punha em contraposição, inclusive no quesito valoração que se estabelece com base numa produção econômica. É a divisão sexual do trabalho sendo imposta através de um projeto colonial moderno que se ordena a partir de um processo de classificação social pautados em categorias de raça e gênero (Barbosa, 2022, p. 71-72).

Barbosa (2022) nos fala sobre como se dera o projeto colonial moderno econômico, pautado exatamente nas categorias de raça e gênero o qual se imputou no nosso país, de modo que justifica em como ele funciona até os dias de hoje com eficácia tanto na diferença que se tem do tipo de trabalho pela qual é realizado, e o nível de valoração, quanto na própria hierarquização.

Dentro da perspectiva levantada por Barbosa (2022) sobre trabalho produtivo e reprodutivo dentro da nossa sociedade, podemos observar que enquanto um é valorizado (o produtivo) aquele pela qual se pratica em prol de um salário, portanto carrega um valor econômico, o outro não o é (o reprodutivo), que é justamente aquele pela qual consiste a reprodução humana de gente. Assim sendo:

Pensar as tarefas de geração das gentes, dos cuidados a elas destinados e a manutenção da vida saudável de suas relações familiares nos leva, historicamente, a

um lugar que as tomam como algo que nada produz, não gera nenhum tipo de riqueza e, portanto, não é trabalho. A concepção de trabalho passa a ser gendrada. O produtivo é então ligado ao homem e o reprodutivo ligado à mulher. É a divisão sexual do trabalho, pautada na concepção de gênero que foi imposta pelo colonizador europeu e instituída através da matriz colonial de gênero da qual Lugones nos fala e que se torna como um dos principais pilares no quesito organizacional das sociedades que chamamos ocidentalizadas (Barbosa, 2022, p. 73).

Isto se configura exatamente como nossa sociedade é organizada e em como ela funciona em termos de lógica de lugar social, pois é naturalizado que os trabalhos exercidos por mulheres, sejam dos cuidados maternos sejam dos trabalhos domésticos realizados por elas na manutenção do dia a dia para todos aqueles pela qual se beneficia dentro do lar e socialmente não é visto como um trabalho importante e valorativo, e cabe ser levado sempre ao completo descaso, pois estes além de não haver valor algum para a lógica liberal o qual opera em nosso sistema é algo tido como natural às mulheres e que diante desta lógica não é visto, entendido e compreendido como trabalho que não só são importantes como altamente desgastantes para as vidas das mulheres.

E é justamente essa questão que permeia a realidade dessas mulheres, onde além de terem que carregarem a total responsabilidade pelos cuidados essenciais de seu(s) filho (as), precisam mais do que nunca recorrer a um emprego de um trabalho que seja remunerado para poderem custear suas vidas e de suas crianças, de modo que ainda associam a um terceiro elemento as suas jornadas, que é a graduação. Então estas ocupam o espaço acadêmico tendo jornadas triplas, e mesmo assim nada as é oferecido para ajuda-las no processo acadêmico, de modo que possa coloca-las em lugar de equidade para a obtenção de seus diplomas e qualidade de vida.

Quando ela fala sobre carregar todo dia o fardo, o peso materno de se preocupar de estar longe da filha, de não estar acompanhando aquele momento com ela e mesmo assim seguir com essa distância que o curso exige nada mais exprime uma realidade gritante que muitas mulheres mães sertanejas enfrentam, que em vários contextos sociais sempre tiveram que lidar com essa problemática, de ao terem a necessidade de trabalhar e/ou estudar (nos casos que é possível, pois sabemos que para mulheres pretas e periféricas e aquelas pela qual a pobreza extrema não as permite tamanha possibilidade na realidade), são obrigadas a terem que ficar longe de seus pequenos, o que condiz certamente com esse “peso” de culpa o qual (T, 20) fala. Ainda:

[...] eu acho que é muito interessante porque teve uma vez que eu vi um vídeo no youtube que é nunca nos sonharam, que são jovens que diz que os pais ou até

mesmo os familiares olhavam pra eles, e nunca sonharam ir com eles numa graduação, e eu acho que se encaixa com a UFCG, a coordenação, os professores olham pra gente que é mãe e não nos sonham, tipo não nos veem terminando o curso, não nos veem atuando numa sala de aula, ou até mesmo alguns ver estando dentro da UFCG um dia né? Junto com eles em sala de aula, eles meio que olham pra gente e fica: meu Deus do céu, isso aí grávida na graduação e... ta querendo ta aqui ainda porque? Não é mais isso aqui... tem professores mesmo homem que quando sabe que a aluna é mãe eles já ficam tipo hummm... isso aí não vai acompanhar a disciplina, ou então não ta apta pra ser daqui, perde monitoria, perde tudo, porque você é uma oferta limitada pra eles!

...

Porque eu tive todas, todas, todas é... as ideias de desistir do curso e trancar, porque eu acreditava que esse espaço não era mais pra mim, porque eu não via mães ainda na graduação, é uma ou duas perdida. Então eu passei a acreditar que isso daqui, tá aqui dentro não era mais pra mim, foi como um vez que eu comentei: que a UFCG quando vai ofertar bolsas, seja de pesquisa, seja de PIBID e Residência Pedagógica, ela só oferta pra aqueles com uma carga horária, para aqueles que podem viver vinte e quatro horas para a UFCG. (T, 20).

Percebemos assim, a dificuldade em conciliar as atividades, o trabalho e os filhos com a formação acadêmica, e como essa sobrecarga, muitas vezes sem rede de apoio, impacta no rendimento acadêmico, o que segundo nossa entrevistada pode ser visto como desinteresse, falta de esforço.

Pesquisas conduzidas por Silva (2017; 2021), e pelo Parent in Science (2018; 2020) apontam que a “universidade ainda é um espaço masculino, branco e onde predomina o machismo e a visão universalista sobre o corpo discente, entendendo a maternidade como uma questão privada e individual”. Desta forma oferece pouca ou nenhuma estrutura para permanência das mães universitárias.

As mães estudantes precisam mobilizar não só uma organização da sua rotina, mas precisam também contar com a composição de uma rede que possibilitem a sua permanência. Por outro lado, também se faz necessária a criação de políticas específicas que tratem das especificidades trazidas por este público. Silva (2020, p.132) indica que uma boa política de permanência voltada para mães universitárias ‘não pode ser reduzida à creche, mas precisa atuar sobre as diversas dimensões desta vivência atuando para coibir o assédio moral e o racismo que são fatores que também contribuem para a evasão’ (Silva, 2021, p. 7).

Na UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma denúncia ganhou destaque na mídia devido a discursos de ódio e preconceitos dirigidos a mulheres mães que recebiam auxílio financeiro da instituição. Segundo os autores desses ataques verbais, as mulheres optaram pela maternidade e, portanto, não mereciam programas de apoio para permanecer na universidade. Eles argumentaram que tais recursos deveriam ser direcionados a pessoas realmente necessitadas, ou seja, os estudantes que realmente se esforçavam.

Isso reforça a fala de (T, 20) anos, pois além de não ver tantas mães estudantes na UFCG, também não conseguia se ver participando de programas que exigiam carga horária considerável, além das disciplinas que o curso oferecia. No artigo escrito por Santana (2023) e Santos (2023) ao analisar as pesquisas referentes na UFCG acerca do tema mulheres, mães e estudantes, traz o trabalho de Maria Luiza Souza (2023) Mulheres-mães na universidade: querelas e pelejas na vida de estudos de graduandas do curso de pedagogia do CFP/UFCG que centraliza a discussão em um grupo de estudantes do último período do curso de Pedagogia do CFP apontando que as maiores dificuldades encontradas pelas discentes foram: A falta de rede de apoio, a tripla jornada, já que algumas trabalhavam, estudavam e cuidavam dos filhos e da casa.

Já a pesquisa de Juliana Costa (2019) Maternidade nos cursos de licenciaturas da UFCG/CES e os desafios para a permanência das alunas no estudo, é uma pesquisa de cunho qualitativo, em que a pesquisadora analisa a partir de um questionário o perfil das estudantes mães no CES - Centro de Educação e Saúde em Cuité. Segundo a pesquisa o fato das alunas receberem algum tipo de auxílio institucional foi importante para a permanência das mesmas na universidade.

E o trabalho de Luciana Walter (2023) Universidade e maternidade: a experiência de mulheres que se tornaram mães durante a graduação, vinculado ao CDSA - Centro de desenvolvimento Sustentável do Semiárido, em Sumé. A metodologia utilizada foi de questionários que avaliaram o perfil e as percepções de 24 universitárias que gestaram ou tiveram um ou mais filhos ao longo do percurso da graduação em instituições de ensino superior localizadas no estado da Paraíba e Pernambuco. Diferente das outras pesquisas, o campo de análise não se restringiu a um curso ou centro, o que possibilitou vivências mais diversas.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, foi constatado sobrecarga perceptível na auto avaliação de desempenho acadêmico, profissional e doméstico. Houve um Aumento no percentual de trancamento ou reprovação de disciplinas 9 (42,9%) chegaram a trancar ou reprovar entre 1 a 2 disciplinas, 3 (14,3%) entre 3 a 4 disciplinas e 1 (4,8%) trancou ou reprovou 7 ou mais disciplinas após a maternidade, enquanto, antes de serem mães, as que já haviam trancado ou reprovado eram apenas 8 (40%). Os pensamentos sobre desistir do curso também passaram de 1 (4,8%) que consideraram a opção com frequência para 12 (52,2%) com esse pensamento após a maternidade. Não se trata, porém, de algo inevitável a rede de apoio é apontada como essencial por parte de 11 informantes que estão em curso em andamento e das 10 que conseguiram concluir (Walter, 2021, p. 7).

Como podemos perceber pelos dados, a maternidade teve impacto na vida acadêmica das estudantes e a continuidade do curso se deu mais pelo apoio familiar do que pelo apoio

institucional. Infelizmente não temos pesquisas ou dados institucionais que possam ajudar a entender o impacto da maternidade na vida de mulheres estudantes na UFCG, o que comprova que esse é um tema ainda considerado de menor relevância.

#### 4.2 A DESCOBERTA DA GRAVIDEZ: COMPANHEIRISMO OU ABANDONO?

Achamos importante pensar esse tópico, pois, ele marca o início dessa experiência marcante na vida de nossas entrevistadas. O que representa em nossa sociedade, descobrir que se tornará mãe? O que significa ser mãe no Nordeste, na Paraíba e no sertão? Certamente não são as mesmas vivências das mulheres de outros centros urbanos, muito menos de outros países ou classes sociais mais abastardas. Evidenciou-se assim a necessidade de pensarmos essas vivências a partir das nossas práticas e maneiras de percepção local e espacial. No que se refere a isso, podemos apresentar a questão da gestação das mulheres desta pesquisa, a partir do olhar sentimental e das “verdades” que essas mulheres nordestinas trazem e carregam diante da maternidade, mostrando suas dificuldades, enfrentamentos e situações.

Ao ser perguntado sobre o que almejava e sonhava antes de ser mãe, B (26) fala nunca ter tido vontade, ou ter desejado ser mãe, e que sua gravidez não planejada acontecera de maneira não esperada de modo que: “Não! Não tinha esse plano de ser mãe naquele momento. Então, foi meio chocante! Eu queria viajar, eu queria me formar, queria é experimentar outras coisas, então... não era um dos meus planos” (B, 26). Para (B, 26), a maternidade poderia ser um obstáculo para seus planos, já que para boa parte das mulheres que precisam trabalhar para se manterem e estudarem, a maternidade seria mais uma atividade que exigiriam esforço para mantê-la. Por isso, a importância dada para primeiro concluir a formação e só depois de uma vida econômica estável é que seria interessante os filhos.

Ainda sobre o momento de descoberta de sua gravidez, (B 26) nos fala como foi:

Assim, foi meio tudo meio turbulento. Eu era muito nova, só tinha 18 anos, 19 anos, e ia fazer 20. E. É, foi confuso, então eu passei por muitos problemas durante a minha gravidez e isso fez com que ela fosse uma experiência não tão boa, sabe? eu tive depressão. A inclusive tive muitos problemas de saúde, pressão alta, começo de aborto... E aí é eu cursava história quando eu estava grávida, porque antes de pedagogia, eu cursei história e aí eu tive que trancar o curso justamente porque não tinha como eu me locomover de onde eu morava para Cajazeiras, por conta do período do pré-aborto.

Eu morava em Cajazeiras, só que eu morava lá no Cristo e ficava muito distante. Como eu vinha de moto, não dava certo, aí eu tive que trancar. E aí eu fiquei parada. Eu tive o meu bebê e consegui entrar em pedagogia posteriormente (B, 26).

É possível percebermos que na prática as dificuldades enfrentadas por ela com a descoberta da gravidez enquanto cursava História na Universidade, foram de grandes proporções. Devemos ressaltar que o não desejo de ser mãe, antes da descoberta, ocasionam inúmeras sensações e emoções, o que potencializado no momento em que se depara com a confirmação da gravidez. Ter desenvolvido depressão, expressa mais ainda a situação em que B 26 se encontrava no momento, em seus quase vinte anos de idade. Para além dos problemas emocionais, ela ainda teve que lidar com questões de saúde física e que além de comprometer a sua saúde, comprometeria a do seu filho, como a questão da pressão alta e começo de aborto.

Diferente de (B, 26), (A, 29) engravidou antes de ingressar na Universidade, porém ambas acabaram escolhendo entrar para o curso de Pedagogia depois que se tornaram mãe. (A, 29) fala que: “Já escolhi o curso da graduação de pedagogia, já por ser mãe”, e explica melhor os motivos exatamente quando ao ser perguntada sobre como enxergava a maternidade antes de ser mãe, ela responde:

Ixe, que ia ser fácil (aqui ela rir por achar outra coisa) Moleza. Mas porque eu via que criar filho era uma coisa fácil. Minha mãe criou a gente tão bem, então eu achava que não ia ser tão trabalhosa... tão... \_A educação, os limites, a boa vontade e a dedicação dela, de de a gente estudar. De fazer a gente aprender, de colocar valores (A, 29).

É notório que sua percepção da maternidade antes de se tornar mãe, se deu de maneiras simples a partir das observações que fizera do papel exercido por sua própria mãe. Ela via a sua criação e dos irmãos de maneiras não complicadas, o que mostra também uma relação direta entre as práticas antigas do contexto social e cultural da mãe em relação à maternidade exercida por ela nos dias de hoje. Basicamente podemos ressaltar que as demandas, as condições de vida e o estilo de vida da época dela quando criança são outros em relação aos de hoje. Mas, não é só isso, como aponta Maria Collier de Mendonça (2021) maternidade e maternagem permanecem como assuntos pendentos do feminismo, o que ocorre, especialmente, nos debates acadêmicos; mas, também, nas práticas ativistas feministas contemporâneas. Quantas vezes elencamos a maternidade como discussão importante quantas vezes, algum conceito ou até mesmo recorte histórico se voltou para a maternidade? Nas escolas ou até mesmo em nossos cursos? Pensamos na história inúmeras disciplinas, das quais quase sempre se quer passam pelas discussões de gênero, quiçá da maternidade. Quando isso acontece, o impacto é imenso. A maternagem é deslegitimada, ela é silenciada. Quando uma

temática ou questão social não é refletida, não é problematizada ela tende a ser minimizada e a tendência é acharmos que era mais fácil ser mãe no passado do que nos dias de hoje.

Assim, ao vivenciar a maternidade de fato (A, 29), diz ter mudado pensamento, já que não se tratava de algo distante, mas vivido por ela:

Mudou, mudou completamente. Porque, é, meu filho foi diferente, foi planejado, foi querido. Já foi uma gravidez que eu tive muito cuidado, mas na hora do parto eu descobri que ele tinha uma deficiência. Depois que ele nasceu, eu não sabia antes que ele ia nascer com essa deficiência e começou os desafios. Não por ele ser um problema, mas porque ele necessitava de mais cuidados. E procurar médico, de ter uma especificidade diferente. É por isso que não quis ser mãe mais não. Só ele tá bom (A, 29).

A sua mudança como ela mesma disse se deu principalmente porque se deparou com situações não tão esperadas, pois apesar do conhecimento de possibilidades em que uma gestação pode acarretar em crianças atípicas, nenhuma mulher de fato está preparada quando de fato ela ocorre. De igual maneira, (A, 29), que pensava e imaginava que a maternidade seria simples, contou no momento do nascimento do seu filho com o fato inesperado de ele seria um bebê com deficiência.

A maternidade por si só já não é uma tarefa fácil para qualquer mãe, existem demandas e modificações profundas na vida das mulheres pós-maternidade, mais ainda são acentuadas nas práticas maternas daquelas pelas quais possuem filhos com necessidades especiais, e que, portanto, vivenciam uma maternidade atípica. (A, 29), é uma delas que enfrenta desafios específicos e distintos das mães cuja maternidade se constitui tipicamente comum. E mesmo assim nos apresenta que os desafios por ela enfrentados após o parto do seu filho, não se dera de maneira alguma por sua condição ou como ela mesma coloca “Não por ele ser um problema, mas porque ele necessitava de mais cuidados”.

Sua preocupação e luta se dá, então, pelas necessidades a mais que ele precisa ter, pela atenção e cuidados a mais que ele precisa. Ao mencionar que por esses motivos ela não quis ser mãe novamente, nos mostra as dificuldades enfrentadas por ela no quesito de acesso a todo suporte pela qual o filho necessita atrelado a sua condição limitada financeiramente de prover tudo do melhor possível tendo que depender daquilo que é ofertado na esfera pública, evidencia mais ainda entrelaçamentos de opressão que mulheres mães solas e atípicas enfrentam em seus dias comuns e suas necessidades.

Podemos também salientar que, se ela já entrou no curso de Pedagogia depois de se tornar mãe atípica, mostra que além da vontade de realizar sua formação acadêmica, voltou

seu olhar para o curso de Pedagogia pela relação direta que isso teria para com o desenvolvimento educacional do seu filho, e, portanto, partindo de uma necessidade, assim estaria no caminho em se formar academicamente e buscar conhecimentos teóricos e práticos que beneficiasse seu filho e crianças atípicas. Seu caminho acadêmico fora traçado pela necessidade de fazer mais ainda por seu filho atípico, de modo que sua dedicação reflète realidades gritantes do medo e frustrações que essas mães enfrentam diariamente, como por exemplo, de que seu filho não consiga tudo que precisa para se desenvolver da melhor forma possível, de que não consigas ter uma vida digna.

Já (B, 26), nos fala sobre sua transição entre os cursos de História para Pedagogia e como se deram suas vontades de cursar cada um em seus devidos contextos:

Já! Na verdade, o meu objetivo era fazer direito. Só que aí, como eu entrei em história, eu disse, não, eu vou cursar. E aí depois, posteriormente, eu vou transferir. Só que eu entrei no curso e eu me apaixonei. Aí eu disse: Eu vou ficar aqui. Só que aí veio a gravidez, os riscos e tal. E aí eu tive que trancar, o que foi bom, porque depois eu me achei em pedagogia (B, 26).

Aqui podemos ver percepções claras sobre identidade, sobre mudanças e transformações carregadas de ressignificações. De uma jovem solteira, que desbrava o caminho de descobertas da formação acadêmica, para uma mulher mãe que não deixara de tentar se encontrar e ressignificar as questões primordiais de sua vida, a qual apesar das dificuldades enfrentadas até então, conseguira se encontrar na área da Pedagogia, por novas necessidades. Sobre isso ela ainda nos fala:

Eu precisei trabalhar, sair para trabalhar, né? Porque eu tinha tido uma criança. No... No momento eu era casada, só que meu marido foi meu ex-marido, no caso, que é o pai do meu filho foi despedido. Então, eu tinha que fazer alguma coisa para poder gerar renda e sustentar a criança que eu tinha colocado no mundo. E aí eu comecei a trabalhar como professora, auxiliar numa escola. E foi assim que eu me identifiquei. Isso assim, meu Deus, eu acho que é... é o meu sonho, está lecionando. Mesmo que não seja história, mas sendo aqui no meio de muitas Eu me encontrei. Eu já estava sendo mãe, já estava sendo experiência legal para mim. E aí eu disse: meu Deus, é isso que eu quero fazer. Aí prestei Enem e... Consegui passar para a pedagogia (B, 26).

Nos detalhes do trajeto que foi para se encontrar na área de Pedagogia, partiu-se de uma necessidade básica e essencial, que foi a de trabalhar. O contexto a qual se encontrara com seu ex-marido desempregado, e com uma criança para criar, (B, 26) se viu sob a condição de “fazer alguma coisa para gerar renda e sustentar a criança que eu tinha colocado no mundo” (B, 26); Ou seja, ela se sente responsável pela manutenção da casa e da criança,

já que ela que tinha “colocado no mundo”. A responsabilização da gravidez recai em sua maioria para as mulheres, já que se investe no discurso, de que são elas que possuem os métodos para evitar uma gravidez indesejada. E conseqüentemente são elas as responsabilizadas pelos cuidados das crianças.

Sabemos historicamente da realidade de muitas famílias brasileiras em que mesmo a mulher sendo casada, ou que conviva com um parceiro, ainda sim estas são em números consideráveis as responsáveis pelo sustento da casa, o já discutido termo de “chefia por direito”, como nos já fora apontado por Álvares, 2003 e Carvalho, 1998. Sendo assim (B, 26), nos mostra um exemplo claro desta realidade, pela qual evidentemente as práticas de maternagens praticadas por mulheres como ela são completamente diferentes daquelas cujas suas posições de classe social com privilégios realizam. As realidades são outras e as condições também.

Nesse cenário, os sonhos e desejos são reinventados, mas ainda subjetivados pelos dispositivos maternos. (B, 26), queria cursar direito, mas conseguiu fazer História, ao trancar o curso por conta da gravidez de risco, retorna para o curso de pedagogia. O trajeto até chegar o curso que é composto majoritariamente por mulheres se deu em parte, pela oportunidade do trabalho. No Brasil, a área de educação, principalmente dos primeiros anos, é composta em grande parte por docentes mulheres. Talvez, por isso, também é considerado umas das áreas de pior remuneração, dentre outras áreas da educação. A ideia de que o cuidado é inato às mulheres e que elas seriam as pessoas ideais para cuidar das crianças ainda é uma premissa em nossa sociedade.

No que se refere à maneira com que (B, 26) pensava da maternidade antes de ser mãe, mesmo que não tivesse esse desejo, é interessante para compreendermos melhor em como se dera seus processos de transformações em relação a isso. Sobre tal questão ela nos fala:

Assim eu achava que... É... Eu achava meu, ainda acho, por experiência própria. Que é muito difícil você educar, você criar uma criança. Então na minha cabeça eu não ia conseguir fazer isso.

Já pensava, tipo assim, dizer assim, meu Deus, eu não vou ser mãe, porque eu acho que eu não tenho... É... Capacidade para isso. Nem é emocional, nem mental. Acho que não é uma coisa que dá para mim. Eu não vou conseguir. É ser mãe, porque a gente pensa que só ser mãe é. Às vezes as pessoas não quer só botar no mundo, mas não tem várias coisas, tem, tem que educar. Tem que tem. Tem que dar amor, carinho, tudo isso. Então eu achava que com os meus objetivos que eu tinha de vida, não encaixava. E... (B, 26).

Percebemos que a ideia do maternar embora, seja ainda romantizada, também é compreendida em suas dificuldades, principalmente para as mulheres oriundas de camadas mais populares da sociedade. Muitas delas já compartilham experiências de outros familiares e pessoas próximas, a respeito das dificuldades e geralmente da mudança de vida quando se torna mãe. Ao enfatizar o receio de não conseguir exercer essa representação do que se compartilha sobre o que é ser mãe, (B, 26), reforça a circularidade dos discursos negativos da maternidade.

Para Zygmunt Bauman (2004), ter filhos(as), hoje em dia, é uma decisão que envolve custos emocionais e financeiros altíssimos. “Numa época de empregos instáveis, essa decisão torna-se uma fonte de ansiedade e medo. Afinal, exige que nos tornemos responsáveis, o tempo inteiro, pelo bem-estar de outro ser, muito mais fraco e dependente em relação ao nosso próprio conforto”. O que envolve, ainda, sacrifícios profissionais, exposição a dores, perigos e outros riscos imponderáveis.

O’Reilly (2013) sintetizou dez pressupostos ideológicos que moldam a cultura da maternidade patriarcal e, conseqüentemente, tornam a maternagem opressiva para as mulheres. São eles: essencialização, privatização, individualização, naturalização, biologização, normalização, especialização, intensificação, idealização e despolitização da maternidade.

Mesmo na Universidade os espaços para esses debates ainda são limitados. Valores patriarcais e neoliberais prevalecem dentro da academia que impedem uma perspectiva mais inclusiva e decolonial nos estudos da maternidade. Para Algumas feministas que abraçaram o paradigma neoliberal e o feminismo de escolha, acreditando que você pode fazer tudo.

Mãe malabarista, que é tão neoliberal e perfeita, porque ela consegue administrar tudo. “E agora está tudo na mídia, essas imagens de mães que podem estar bastante esgotadas, mas ainda estão firmes e fortes. Portanto, acho que temos uma batalha mais difícil pela frente. Enquanto o antigo patriarcado era certamente difícil, era mais fácil reconhecê-lo e lutar contra ele” (O’Reilly, 2021, p. 33).

Assim, Gonzalez e Lopes (2020) afirmam que ao historicizar a criação do amor materno, podemos perceber algumas das artimanhas que o levaram a ser o que é hoje, destacando que o aparato discursivo cria, descreve e projeta o amor materno como algo instintivo da natureza feminina. Assim, os autores mostram como isso se constituiu em um dispositivo, que molda comportamentos maternos e dita como essas “funções” devem ser desempenhadas.

Para Duarte (2022) o dispositivo da maternidade por meio de redes discursivas que incentivam as mulheres a serem “boas” mães, acaba impondo a elas uma vida cheia de sacrifícios e renúncias em nome do bem estar dos filhos. Por conseguinte, aquelas que não o fazem acabam entrando num regime de culpabilização, sendo acusada de egoísta ou até mesmo sendo desqualificada enquanto mulher. O mesmo não acontece com os homens.

Como eu disse, é meu marido, ele foi despedido. Eu tive que começar a trabalhar. Meu filho foi para a creche muito cedo, então... Teve umas coisas ali que eu não presenciei. Ele ia para a escola, as 7, eu ia trabalhar e aí quando eu voltava para casa, era meu esposo, meu ex-marido, que ia buscar ele na creche.

Com 6 meses ele já foi pra... pra creche. Aí é. Eu perdi algumas coisas que tinha que está ali o tempo inteiro próximo, né? Vendo ele crescer, evoluir. Então, Eu fiquei meio triste com isso.

Eu me senti... É, é um aperto no coração muito grande, porque eu queria estar experimentando e vivenciando cada coisa que ele fazia.

Só que eu precisava sair de casa para trabalhar, então não tinha como fazer isso. Tinha que deixar ele na creche e aproveitar o finalzinho ali do dia que eu tinha com ele. Então quando eu chegava do trabalho que eu pegava, que é eu estava em casa. Então eu tirava o tempo ali para estar com ele. Eu disse, ó, ó, tu. Vai ficar fazendo isso aqui, eu vou aproveitar meu filho. Então... (B, 26).

É possível perceber, a partir das falas de (B, 26), que a participação do então parceiro e pai de seu filho foi bastante limitada. Embora ela precisasse trabalhar, e a criança frequentasse a creche desde os seis meses de idade, o pai só a buscava no final da tarde, o que revela a escassa interação e envolvimento dele com a criança. A situação de (B, 26), que precisou se afastar precocemente do filho ainda bebê para trabalhar, a fez perder momentos únicos de convivência, o que lhe causava tristeza e um “aperto no coração muito grande”. Já mencionamos aqui o quanto a relação do materno se difere a partir dos marcadores sociais, enquanto para muitas feministas a pauta de luta foi poder trabalhar fora e não se dedicar inteiramente aos filhos, para outras, não existia a possibilidade de cuidar minimamente dos seus.

Com relação as diferenças percebidas com os cuidados com a criança, mesmo trabalhando quem se responsabiliza a manter os cuidados básicos e de afeto é a mãe. Sobre a rede de apoio que (B, 26) tivera durante esse processo ela responde:

Quem me ajuda até hoje, no caso, são os meus pais, por que... Eu não tenho nenhum contato nem com o pai do meu filho, nem com a família dele. Simplesmente depois que a gente separou...

Mas eu também não tinha muito apoio, porque... Só do pai... não é? porque os pais dele trabalhavam o dia inteiro, então não tinha como contar. Eu podia contar assim com a minha mãe. É aí depois que eu me separei ela que me ajuda, minha mãe, minha mãe, por exemplo, para vim para universidade, ela que fica com meu filho. Para eu ir trabalhar, ela que fica com meu filho. À tarde e pela manhã vai para escola, à tarde a minha mãe que fica e à noite ela também. (B, 26).

Basicamente, todo o apoio que ela tem se resume nos pais, de maneira mais significativa, a própria mãe. Tão pouco já era a participação do pai da criança quando ainda era seu companheiro, como simplesmente o contato zerou pós-separação. A realidade de (B, 26) é comum a muitas mulheres que são mães solas, algumas ainda contam com os pais ou a mãe como rede de apoio, e outras nem com isso podem contar.

A rotina enfrentada por (B, 26) é a rotina de muitas mulheres mães, que ao terem que trabalhar, precisa de um suporte para ficar com seus pequenos, mesmo que contem com a rede de creche ou escola, ainda sim precisam de alguém que fiquem responsáveis durante o tempo que ficam fora trabalhando, além de que possam contar para imprevistos com saúde, feriados ou até mesmo contratempos corriqueiros. E como no caso das mães desta pesquisa, também precisam se deslocar para a universidade para estudarem em horários noturnos, o qual acaba precisando ainda mais de alguém que fiquem com seus filhos durante a noite.

Mais uma vez podemos retornar a questão da participação do pai no processo e cuidados com a criança, que reflete diretamente nas dificuldades vivenciadas pela mãe, já que este, mesmo participando muito pouco enquanto ainda estava com (B, 26), com a separação que ocorreu quando o filho “ele ia fazer dois anos” (B, 26), “sumiu completamente, desapareceu da face da terra” (B, 26). Ou seja, o que já não era suficiente, se tornou completamente zero. Em relação a isso (B, 26) nos fala:

[...] é... eu, no começo eu insistia para que ele se tornasse presente, porque na minha cabeça, no futuro, A... O meu filho vai se sentir meio que abandonado... Assim. E aí eu ficava no pé, vem buscar ele, vem passar pelo menos um dia com ele. (B, 26).

Entre as diversas preocupações que (B, 26) poderia ter em relação ao abandono do pai em relação ao filho — sejam dificuldades financeiras ou a divisão dos cuidados com a criança —, a principal que ela destaca é o receio de que seu filho sofra no futuro pela ausência dele. Sua insistência para que o pai participasse da vida da criança, mesmo que fosse de forma mínima, como visitá-lo ou passar ao menos um dia com ele, reflete a preocupação emocional de que o filho se sinta amado e procurado pelo pai.

De igual modo, a entrevistada (A, 20), também nos fala sobre essa preocupação – sobre enfrentar basicamente os mesmos desafios em relação a participação do pai no processo da maternidade – com a diferença de que na particularidade do seu caso se deu:

O primeiro dia que eu descobri que tava grávida que eu contei pra ele, no primeiro dia que eu contei ele, a gente tinha transado né, passou um mês de atraso que eu fui contar pra ele, ele disse que não era dele, que ele tinha me dado pílula do dia seguinte e eu tinha cuspidado a pílula, que eu queria engravidar (T, 20).

T (20), como B (26), engravidaram sem planejamento e de maneiras inesperada estando na graduação. Mas diferente de B (26) que ainda teve de alguma forma um convívio com o pai do seu filho, T (20) não tinha um relacionamento estável e tão pouco foi apoiada pelo genitor da criança.

A situação vivida por T (20), ao descobrir que estava grávida, reflete a realidade de muitas mulheres e meninas que engravidam precocemente, independentemente da situação ou contexto em que isso acontece. Elas frequentemente se veem culpabilizadas, como as únicas responsáveis por permitir que isso ocorresse. Essa culpabilização é uma realidade em diversas esferas, seja nas conversas cotidianas quando o assunto é a gravidez na adolescência, seja nas redes sociais. Ao se deparar com discussões sobre aborto ou gravidez precoce, é fácil perceber como os comentários recaem sobre as mulheres, tratando-as como as únicas responsáveis pela situação. A sociedade coloca sobre ela a obrigação de controlar sua sexualidade, de decidir se vai engravidar ou não. No entanto, essa questão é muito mais complexa do que o simples exemplo apresentado. As dinâmicas das relações românticas e sexuais entre meninas e meninos, homens e mulheres, são repletas de camadas e questões que exigem reflexão e debate, e que não podem ser plenamente abordadas no presente trabalho. Questões como consentimento, submissão, controle, manipulação e dependência emocional fazem parte da realidade de muitas mulheres em nossa sociedade, frequentemente mascaradas e estruturalmente veladas.

No entanto, apesar de levantado tal reflexão, voltemos aos dilemas enfrentados por (T, 20) em relação a sua gravidez e participação do genitor no processo:

É... em questão de despesas na gestação, ele não teve nenhuma! Porque ele não tirou um real do bolso dele pra dizer assim: compre esse pacote de fralda, pacotinho de lenço nada, nada! Foi tudo eu trabalhando, porque eu trabalhei do primeiro mês até o último mês, conciliando com faculdade, conciliando com mal estar e as consultas da bebê. Todo pré-natal era eu e eu lá sozinha, aí eu olhava as outras mulheres com seus maridos, de aliançazinha no dedo, e eu ficava coagida porque eu não tinha... (T, 20).

(T, 20) não contou com o apoio ou parceria do genitor de sua filha. O fato de ele ter negado a paternidade e duvidado até o fim só refletiu seu total desinteresse pelo processo, tornando-se não apenas ausente durante a gravidez, mas também irresponsável

financeiramente. (T, 20) teve que enfrentar a gestação e os desafios da maternidade sozinha, sentindo-se desamparada e, muitas vezes, angustiada ao observar casais vivenciando essa fase juntos.

Embora as dificuldades racionais e práticas da maternidade solo sejam amplamente abordadas em pesquisas e trabalhos sobre o tema, é necessário também considerar os aspectos emocionais e as experiências vividas pelas mulheres. Afinal, a proposta deste trabalho não é apenas explorar a realidade da maternidade solo sob a ótica das dificuldades tangíveis, mas também oferecer uma nova narrativa, uma nova perspectiva sobre as histórias das mulheres, valorizando seus sentimentos, desafios emocionais e o impacto profundo da experiência de ser mãe solo.

Era frustrante!! Era intimidador! Porque ali todo mundo com seus maridos, todo mundo que se não tivesse com marido era com aliança no dedo, eram casadas um pouco mais velha que eu, e eu lá bem novinha, sozinha e grávida! E todo mundo já passava e olhava com o olhar de: meu Deus, uma qualquer, uma perdida... (T, 20).

A importância dada ao reconhecimento de uma família tradicional dada por (T, 20), evidenciam o que analisamos anteriormente. Sobre o investimento na constituição da família enquanto mantenedora de uma boa educação e modelo para os filhos. Quando ela afirma que as mulheres tinham alianças no dedo e ela não, reforça o casamento como espaço primordial para geração dos filhos, como foi projeto do Estado na gestão dos indivíduos.

Ao ser perguntado se ela de fato gostaria que o genitor estivesse junto com ela, ela diz “no fundo eu queria! Queria muito!” (T, 20) e ao ser questionado do motivo, também fala “porque eu acho que seria aquele apoio num sabe? Porque eu tinha aquela idealização de que quando eu engravidasse seria de uma pessoa que teria comigo pra sempre, pra todo momento entendeu? Ia fechar comigo, ia viver a gravidez comigo, dividir as despesas, o cansaço, tudo!” (T, 20).

E... quando ela nasceu, com mais ou menos quinze a vinte dias a gente fez o DNA e como eu já sabia deu positivo né? Obviamente, e na hora de receber o positivo ele olhou o teste com uma cara de que “meu Deus do céu o que foi que eu fiz?” o arrependimento... dele olhar pra ela, no dia que foi pra fazer o exame, que foi furar ela, ela chorou tanto e eu chorava com uma raiva que eu ceguei ali, eu não queria falar com ele, eu não queria voltar pra casa com ele, porque ele que foi dirigindo é uma humilhação  
Então pra mim ali foi a maior humilhação! Eu cheguei em casa, mainha não entendia, mainha pensava que tinha acontecido alguma coisa do tanto que eu tava chorando, mas não! Foi só por fazer minha filha ser furada, por ter que tá passando por aquilo ainda tão nova, e... quando foi pra receber o teste foi só eu e ele, porque

tem que ir os dois, não pode outra pessoa, e a gente recebeu o teste e eu vi na cara dele aquele olhar de arrependimento, de espanto, uma surpresa...  
 [...] eu acho que ele tinha a certeza que eu era uma vagabunda e não sabia quem era o pai da minha filha e queria jogar nas costas dele, então foi naquele momento que eu vi que não ia, que tipo eu não idealizasse mais nada ali, de querer voltar, de querer ver um arrependimento maior dele que não ia (T,20).

Muitas coisas se passam na fala de (T, 20), dentre elas, o não reconhecimento paterno, a culpabilização da gravidez, e o sentimento de ser julgada. Nos trabalhos que discorrem sobre honra no século XX, era comum a utilização do argumento do qual as mulheres enganavam os homens para poderem engravidar e assim, conseguirem um casamento, pois já não eram mais virgens, ou também se usava como argumento que as mulheres andavam com outros homens, iam para festas e andavam em más companhias, logo não eram confiáveis. Embora tenha se passado um pouco mais de um século, ainda é comum o uso desses discursos para invalidar a fala da mulher ou até mesmo encontrar uma justificativa para não assumir as responsabilidades da paternidade.

B 26 nos fala sobre como se deu esta questão para ela a respeito da cobrança da participação do pai do seu filho, em como ela se sentia ao ter que fazer isso e o porquê:

[...] é, é eu me sentia. Eu me senti muito mal porque. Eu cobrava e ele achava ruim, entendeu? E aí eu ficava, meu Deus. Eu estou sem... Eu estou errada? Eu não deveria cobrar... é... eu não devia cobrar. Devia deixar ele ficar à vontade? Só que aí, com o tempo, fica o... Começaram muitas discussões por conta disso, porque eu cobrava e ele não vinha isso. Às vezes ele dizia que vinha, mas não vinha pegar. E eu avisava ao meu filho Ele começou a ficar ansioso, entendeu? Eu disse assim, vou parar, vou parar de cobrar porque está fazendo mal ao meu filho. Se ele quiser fazer, se participar da vida dele, ele venha por livre, espontânea vontade. Se não, então vai ficar do jeito que está. E aí eu parei de cobrar e ele parou de participar (B, 26).

A falta da presença paterna em nossa sociedade é naturalizada em detrimento da presença materna, e muitas vezes, só acontece pela judicialização, o que não foi a escolha da nossa entrevistada. Tal sentimento, o de culpa, impera desde o início de sua jornada como mãe a acompanha em todos os momentos. Sobre isso:

Assim sendo, focando na teoria de Zanello acerca dos dispositivos de gênero e subjetivação, fica apontado que o dispositivo materno é, portanto, aquele que leva ao “ápice da concentração e da naturalização do cuidado como forma de ser e estar para as mulheres” (ZANELLO, 2018, p. 156) e, ligado a introjeção desses valores em nossas subjetividades, o sentimento de culpa se encarrega de manter tal dispositivo funcionando sem falhas. Segundo a autora, “a culpa é o sintoma de que o dispositivo materno está funcionando e de que o ideal de maternidade (e de feminilidade relacionada a essa missão sagrada) foi introjetado” (Zanello, 2018, p. 156).

Assim, se espera muito das mulheres mães, processo esse iniciado ainda na colonização moderna, impondo essa posição social às mulheres no dever com o casamento e a maternidade dentro do casamento enquanto ideal e responsável pelo bom funcionamento do Estado. Fugir desse ideal é romper com o projeto de famílias e filhos saudáveis.

O que de pronto, nos coloca diante de uma questão que há muito eu penso, sobre como toda e qualquer conduta fora do designado para as mulheres, seja na maternidade ou seja em outros aspectos, corrompe diretamente a feminilidade esperada dela que logo é deslocada para categorias que visam o que podemos chamar de patologização do social. A sobrecarga, o cansaço e a inviabilidade de mobilidade dessas mulheres dentro da sociedade, parece algo que nunca é considerado (Barbosa, 2022, p. 105).

Dentre as situações em que mulheres são denunciadas por abusos e negligência para com as crianças, como muito bem aponta Barbosa (2022) referente ao trabalho de Aline Silva, nos é abordado outra questão bastante pertinente de se discutir, que é justamente a maneira como socialmente nossa imagem e função estão entrelaçadas intrinsecamente com a maternidade e função de cuidadora e responsável pelo desenvolvimento da família e da criança, de modo que nos casos de qualquer negligência cometida por mulheres com os filhos, o julgamento de serem más ou loucas é instantaneamente determinado para estas, de modo que não se é pensado, ou melhor, levado em consideração de que todo o aparato de sobrecarga e correria e de problemas vivenciados por estas mulheres em suas vidas corridas, possam ser questões fundamentais de suas práticas abusivas.

Mais importante ainda é ressaltar o que Barbosa coloca, de que de maneira nenhuma se trata sobre justificar agressões, ou apoiar e defender seja elas como forem e para qualquer tipo de pessoa que seja, mas que dialoga com este trabalho, pensar em como isso reflete na maneira como nossa sociedade funciona, em como ela coloca socialmente papéis distintos a partir da divisão sexual do trabalho, e de maneiras racializadas.

Ainda sobre isso, Barbosa (2022) nos fala sobre a diferença entre as negligências cometidas por mulheres/mães e por homens/pais:

As mulheres erram quando fazem algo errado e erram quando não fazem o que esperam dela. Os homens, quando cobrados, o são pelas ações, por aquilo que fazem. Deles não são cobradas determinadas performances com relação aos filhos e somente são considerados negligentes ao praticarem ações estabelecidas como inaceitáveis, como por exemplo, uso de drogas na presença dos filhos e agressão sexual ou física. A forma como os atendimentos foram encaminhados e classificados explicitaram exatamente a quem se deve as obrigações relativas aos cuidados e educação das crianças nos núcleos familiares (Barbosa, 2022, p. 107).

Ainda, segundo a autora já citada:

Delineou-se o que podemos compreender como uma desresponsabilização do homem na função de responsável pelos filhos e a hiper-responsabilização da mulher nessa mesma função. O Estado, através do sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente cobrava das mulheres responsabilidades sobre tudo o que perpassava as experiências familiares, mas o mesmo não se viu com relação aos homens. Essa constatação, a meu ver, ilustra bem a máxima da ideia de que a culpa é sempre da mãe, o que não seria diferente, visto que é ela aquela que sempre está presente, por vontade ou não (Barbosa, 2022, p. 107).

Tal fato também se faz presente nas divisões de responsabilidades não de maneira geral, mas as de cunho econômico e financeiro precisamente, quando muitas mães travam guerras e mais guerras no quesito de cobrar pensão alimentícia para manter a vida de seu (s) filho (s) de maneira digna, e muitas vezes não são atendidas, os genitores sempre atrasam ou se quer fazem o papel de responsável financeiramente pela vida daquela criança. Muitos são os problemas enfrentados por mães em relação a isso. Sobre isso:

A divisão de responsabilidade com ele não necessitou, até hoje, de judicialização, o que não indico de forma alguma para outras mulheres, visto que presenciamos incansáveis casos de mulheres e crianças que se vêm desamparadas porque genitores decidem como e quando cumprir suas responsabilidades ignorando o acordado entre as partes. A judicialização é a forma mais segura de garantir os direitos dos filhos, embora, poucos são os casos que nela se resolvem de fato e isso se configura de forma bastante diversa entre mulheres pobres e aquelas das classes média e alta (Barbosa, 2022, p. 95).

Ao ser questionado sobre o pai da sua criança pagar pensão B (26) nos diz: “Não ajuda financeiramente de forma nenhuma”, e ao ser questionado do motivo pela qual em sua situação ela não recorreu à justiça, ela nos diz:

[...] é, eu não. Não fui atrás, sabe? Porque estava sendo desgastante para mim. Eu cobrava então dizer assim, ó, tu precisa participar, tu precisa me ajudar, porque, eu sozinha dou conta, mas não dou conta o suficiente. Não é o tipo de vida que eu queria que ele tivesse. Então eu disse assim, tu precisa me ajudar. Só que aí ele deu uma vez, na outra vez já inventou vários motivos. E aí parou. Então disse, olha, não vou ficar me desgastando, eu consigo manter ele sozinha. Então eu vou fazer isso sozinha. Vou fazer o papel de mãe, de pai, que eu já estava fazendo antes E aí eu não... Não fui atrás...

Até porque eu acho que, mesmo com a justiça metida no meio, ainda vai ser difícil dele ter essa permanência de ajudar financeiramente... mensalmente, então... (B, 26).

É notória a percepção que (B, 26) tem a respeito da situação de irresponsabilidade do seu ex-companheiro pai do seu filho, de modo que percebe que de nada adianta correr atrás da justiça, onde a mesma não poderia fazer garantir ou até mesmo obrigar justamente o que ele

deveria pagar o que por direito tem a criança, não ver diferença a não ser mais exaustão no quesito cobrar o próprio Estado que o sujeito cumpra com suas devidas responsabilidades como pai. Esta é a realidade da maioria dos casos que envolvem irresponsabilidades com pensão alimentícia, há sempre um jeito de se perder na burocracia, nas brechas do sistema, o que acaba fazendo com que o sujeito permaneça na ação de não cumprir por vontade própria seus deveres.

#### 4.3 “QUEM PARIU SEU MATEUS QUE BALANCE! ” A FACE INVISIBILIZADA DA PATERNIDADE

Uma parte importante das discussões acerca da maternidade se debruça sobre a sua relação com a paternidade ou a sua falta. É imprescindível pensar os impactos da invisibilização da paternidade e sua relação com as formas de maternidades subalternizadas fora do espectro eurocêntrico. Sendo assim, a análise será feita sob três perspectivas, quais sejam, a da participação dos genitores antes e durante o processo de gestação, a divisão dos papéis “estabelecidos” e as consequências da inação dos pais sobre a vida das mães e dos filhos.

Após o período inicial da descoberta de uma gravidez e o arrefecimento do turbilhão de cenários construídos nas mentes das mães, chega a hora de trazer para o cenário a figura paterna. E é nesse momento que “[...] aquele castelo mágico que tinha construído [foi] por água abaixo (T, 20).”

Diante desse cenário, após a descoberta de que será mãe solo (em razão da negativa ou abandono das responsabilidades paternas), estas mulheres se deparam com a triste realidade imposta unicamente para elas, qual seja, “quem pariu seu Mateus que balance! ”.

A maternidade traz consequências distintas tanto para homens quanto para as mulheres. Entretanto, não há como comparar o quanto esse acréscimo é desproporcional para as mães. Além da mudança do corpo e da intensificação das emoções, as novas responsabilidades já as atingem nos seus aspectos iniciais, sejam eles sob a perspectiva social, econômica ou profissional.

Esse panorama é potencializado pela representação de uma maternidade que foi pensada em complementaridade com a paternidade, como visto na fala de (T, 20), quando ela diz que “[...] eu tinha aquela idealização de que quando eu engravidasse seria de uma pessoa que taria comigo pra sempre, pra todo momento entendeu? Ia fechar comigo, ia viver a

gravidez comigo, dividir as despesas, o cansaço, tudo!.” Entretanto, essa ideia repousou na utopia. A realidade foi bem mais sombria.

A construção romantizada de dividir aquela nova realidade com o companheiro, responsabilidades e até mesmo o cansaço, deu lugar a questionamentos, julgamentos, culpabilização e abandono. A carga das descrições posteriores reflete o cenário de abrupta mudança na vida de uma mãe solo que, a partir do instante em que a informação é dividida com o genitor, passa a sentir na pele o medo, o abandono do seu estilo de vida, futuro profissional e acadêmico, percepção social sobre o seu eu e a rotulação por não se encaixar mais nos moldes impostos pela sociedade. Senão vejamos:

[...] ele disse que não era dele, que ele tinha me dado pílula do dia seguinte e eu tinha cuspidado a pílula, que eu queria engravidar.

[...] já foi assim pá! Esqueça tudo! Passou os nove meses da gestação assumiu um relacionamento com outra.

Todo pré-natal era eu e eu lá sozinha, aí eu olhava as outras mulheres com seus maridos, de aliançazinha no dedo, e eu ficava coagida porque eu não tinha...

[...] sozinha e grávida! E todo mundo já passava e olhava com o olhar de: meu Deus, uma qualquer, uma perdida...

[...] aí (ele) passou os nove meses dizendo: esse filho não é meu! Eu quero DNA! E eu: quando ela nascer a gente faz! E quando ela foi nascer, no dia de ganhar ela eu já tava tão cansada, estressada que no dia de ter ela, eu não falei com ninguém, eu simplesmente desliguei o celular, e ele só ficou sabendo que ela tinha nascido porque minha irmã postou uma foto dela, parabenizando pela chegada e momento em família.

[...] eu acho que ele tinha a certeza que eu era uma vagabunda e não sabia quem era o pai da minha filha e queria jogar nas costas dele, então foi naquele momento que eu vi que não ia, que tipo eu não idealizasse mais nada ali, de querer voltar, de querer ver um arrependimento maior dele que não ia (T, 20).

Enquanto a maternidade é idealizada como uma etapa no desenrolar da vida dessa mãe, mesmo advindo abruptamente de uma situação não planejada, mas que assumirá uma posição de destaque nessa nova vida construída pela mulher, não é esse mesmo impacto visto quando observado a paternidade.

Nesse sentido, segundo Quijano, “as relações sociais patriarcais são uma dimensão estrutural da colonialidade do poder, que define as hierarquias sociais através de gênero, raça e classe”. Nessa estrutura, a participação dos pais na vida familiar é frequentemente condicionada por expectativas normativas que reforçam a subalternização das práticas parentais não normativas ou que desafiam as hierarquias estabelecidas (Quijano, 2007, p. 172).

Logo, a falta de participação paterna não é apenas uma questão de escolha individual, mas uma consequência das estruturas de poder coloniais que moldam e limitam as possibilidades de expressão e envolvimento dos pais na criação e educação dos filhos.

Também é importante dizer que, essas expectativas normativas, criadas dentro da colonialidade do poder, gera diversas consequências para as mães solas e para os filhos. A mãe sofre com a culpa e a sobrecarga da responsabilidade e o filho com o abandono.

Quando perguntado a T (20) sobre a participação do genitor no processo de maternidade, ela expõe que:

[...] é como se ele não tivesse nem aparecido na nossa vida, como se literalmente eu tivesse feito ela com o dedo, porque ele nunca participou, ele nunca foi presente, ele não sabe ao que ela tem alergia, ele não sabe o horário dela, a rotina dela, o calçado que ela usa, o tamanho da roupa dela... ele num sabe nada! Ele não esteve presente na primeira queda dela, ele não teve presente quando nasceu os dentes, quando ela andou, quando ela começou a se alimentar, ele num teve presente, então...(T, 20).”

As teóricas feministas latinas destacam a interseção de gênero, classe e cultura na análise do abandono paterno, especialmente em casos de gravidez indesejada. Elas argumentam que as normas patriarcais e as expectativas culturais desempenham um papel crucial na forma como a responsabilidade parental é distribuída e percebida.

Para María Lugones, uma influente filósofa feminista latina, as estruturas coloniais continuam a influenciar as relações de gênero e a responsabilização parental. A autora argumenta que o legado colonial impôs uma visão patriarcal que muitas vezes coloca a responsabilidade da gravidez e da criação dos filhos exclusivamente sobre as mulheres. Nesse contexto, a gravidez indesejada frequentemente resulta no abandono paterno, pois os homens se sentem desobrigados de assumir responsabilidades que a sociedade patriarcal não lhes impõe de maneira equitativa (Lugones, 2010).

Ainda sob essa perspectiva, para Norma Alarcón, outra teórica feminista latina importante, explora como as narrativas culturais e sociais frequentemente culpam as mulheres pela situação de abandono. A autora afirma que as mães são frequentemente vistas como responsáveis não apenas pela gravidez indesejada, mas também pelas consequências do abandono paterno. Essa culpabilização é uma forma de controle social que reforça as desigualdades de gênero e desvia a responsabilidade dos homens (Alarcón, 1990).

Pode-se observar na fala de T (20) essa estrita relação entre o reforço da desigualdade de gênero como forma de controle social e o desvio da responsabilidade dos homens em razão do abandono dos papéis, quando ela diz:

[...] é aquela pergunta padrão: quando foi pra fazer eu fiz só? Não! Então porque não só as necessidades é... físicas, como de dinheiro, necessidades básicas né? De sobrevivência, mas as outras necessidades de afeto, de carinho, de tá presente, porque também não vai ter? é uma divisão entendeu? Eu não posso fazer tudo sozinha, eu não posso educar Catarina de tudo só! Eu queria ter essa divisão, e eu não fui privilegiada, a gente diz assim, mas não é um privilégio, é o mínimo que ele poderia fazer, mas eu não tive esse mínimo! [...]. Então aquilo ali é algo que eu me culpava muito dizendo: Catarina, eu pedia perdão a ela quando ela tava dormindo, eu chorava do lado dela eu: filha me desculpa eu não ter lhe dado um bom pai! Eu não ter, mas vou dar os melhores momentos da sua vida, e aquilo ali pra mim era a gota d'água... eu ter que pedir perdão a minha filha por algo que não era minha culpa, porque eu tava ali presente. (T, 20).

A culpabilização é um fator preponderante no processo de controle social. A internalização da culpa por engravidar, de não ter feito uma escolha de um par melhor, de não poder dar conta de todas as responsabilidades sozinha, de modificar seus planos e projetos, se contrapõe ao panorama paternal que abandona essa mãe com um filho, volta a desenvolver suas atividades e galgar suas pretensões, sem precisar desvelar do seu tempo, afeto, cuidado, sendo corroborado por uma cultura que garante esses privilégios ao genitor e responsabiliza a mãe por todas as consequências advindas dessa relação. A descrição de T aponta para esse cenário quando ela diz:

[...] Muitas e muitas vezes [disse] que era minha culpa... porque eu pensava, será que se eu não tivesse saído com ele, eu teria vivido tudo isso? Eu teria ainda minha filha? O que teria acontecido? A gente fica naquele questionamento e se? E se eu não tivesse ido? E se eu não tivesse aceitado? E se eu não tivesse conversado com ele? E se tivesse acontecido alguma coisa? (T, 20).

Além de toda carga e culpa reverberado sobre essas mães solas, não é incomum de ver uma auto cobrança dessas mulheres por requer dos genitores o cumprimento de suas responsabilidades básicas. “Eu me senti muito mal porquê... Eu cobrava e ele achava ruim, entendeu? E aí eu ficava, meu Deus. Eu estou sem. Eu estou errada? Eu não deveria a cobrar... (B, 26). ” A cobrança aqui estava atrelada ao cumprimento das responsabilidades entre pai e filho, como por exemplo, passar um período de tempo com a figura paterna.

Mesmo sendo uma necessidade do filho o contato com o pai, aquele era abandonado por este, gerando culpabilização da mãe e sofrimentos psicológicos para o filho:

[...] eu não devia cobrar. Devia deixar ele ficar a vontade? Só que aí, com o tempo, fica o... Começaram muitas discussões por conta disso, porque eu cobrava e ele não via isso. Às vezes ele dizia que vinha, mas não vinha pegar. E eu avisava ao meu filho Ele começou a ficar ansioso, entendeu? Eu disse assim, vou parar, vou parar de cobrar porque está fazendo mal ao meu filho. Se ele quiser fazer, se participar da

vida dele, ele venha por livre, espontânea vontade. Se não, então vai ficar do jeito que está. E aí eu parei de cobrar e ele parou de participar (B, 26).

O impacto do abandono paterno nos filhos é multifacetado e profundo. Glória Anzaldúa, uma das figuras centrais do feminismo chicano, aborda como a ausência paterna pode afetar o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças. A autora argumenta que a ausência de uma figura paterna pode criar sentimento de rejeição e baixa autoestima nos filhos, além de perpetuar ciclos de instabilidade emocional e financeira (Anzaldúa, 1987).

Esse é um fator preponderante para as mães solas quando experimentam o abandono, pois, a forma como os filhos serão afetados pela ausência do pai geram diversas consequências no desenvolvimento psicológico destes. (B, 26) expõe como esse fenômeno atingiu sua vida e a do seu filho, principalmente após o divórcio:

[...] é exatamente essa questão de que quando eu quando a gente se divorciou, eu fiquei... O meu receio estava mais nisso. Eu... Na ausência que ele ia sentido pai, querendo ou não mesmo ser novo, ele percebe, por exemplo, ele chama o meu pai de pai. E aí, quando é, eu tenho que falar alguma coisa do pai dele. Então aí sim, Adam, teu pai precisa fazer isso aqui. É isso aqui, isso aqui. Pediu pra tu ligar, pra Ele. E aí? É ele meio que sente essa falta, é tanto que ele não consegue. Lembrar o nome do pai dele. Mesmo que eu falo várias vezes, ele não consiga lembrar, porque ele não tem essa presença dele ali. (B, 26).

Isso também gerou um sentimento de frustração, especialmente em razão do genitor só disponibilizar-se para ter contato com o filho quando houvesse algum benefício próprio. O sentimento da mãe nesse caso pode ser compreendido dentro da sociedade patriarcal como impróprio, mas, na verdade, é plenamente justificado em razão da situação vivida. B vai dizer que toda vez que acontece essa situação:

Eu fico muito, muito frustrada e com raiva, porque ele, quando ele precisa da criança, ele quer, mas quando ele não precisa, ele não está nem aí. Como se a criança não existe isso para ele. Então, me deixa com raiva. Por quê... Ele sabe que a criança existe, sabe que ele precisa da presença dele ali, mas ele finge que não. Ele não arca com as responsabilidades dele (parte inaudível). Como se nada tivesse muito. Quando ele está doente, eu me preocupo. Eu fico noites sem dormir. E para ele, é como se não tivesse acontecendo nada no mundo. A vida dele continuou, eu que tive que me rebolar e fazer todos os meus objetivos, os meus passos, mudar toda a minha vida e encaixar a minha, o meu filho. E ele não, ele continua sendo o jovem. Que não tem responsabilidade nenhuma. A vida dele não mudou, ele continua agindo como se ele... Igual com quando ele não era pai (B, 26).

As teóricas feministas latinas enfatizam a necessidade de uma mudança estrutural que desafie as normas patriarcais e promova a igualdade de gênero na responsabilização parental. María Lugones sugere que a descolonização das mentes e das práticas sociais é essencial para

reverter o legado patriarcal e colonial que perpetua o abandono paterno (Lugones, 2010).

Para além de todo esse processo de mudança de vida, de projetos, aumento das responsabilidades, invisibilidade paterna e abandono dos filhos, repousa sobre a mãe solo todo o processo de educação e criação dos filhos. Esse processo não pode ser desordenado, os filhos têm que atingir um grau de educação e desenvolvimento aceitável para a sociedade patriarcal, sob pena de mais uma vez responsabilizar a mãe em razão da sua incapacidade de gerir todas essas camadas em conformidade com as idealizações e obrigações nelas impostas. Ao destacar esse panorama, T vai relatar que:

[...] você tem que tá ali, você tem... se uma criança se comporta mal em algum canto, vão dizer o que? Cadê a mãe dessa criança? Cadê a mãe que não educou essa criança? Ninguém nunca vai perguntar se, se foi falta de educação do pai, vão logo dizer foi a da mãe! Então eu já da idade que eu sou, eu tenho vinte anos hoje em dia, eu sou nova, eu tenho que me preocupar em ter uma criança de dois anos completamente educada, que chega fica quietinha nos cantos, que quando chorar eu saiba acalantar ela, que eu saiba tá ali presente, e eu não posso demonstrar cansaço! A mãe nunca pode demonstrar cansaço, a mãe tem que tá ali aguentando tudo calada.. da forma que na hora de fazer num foi bom? Agora tem que aguentar! Eu escutei muito isso: na hora de fazer num tava bom? (T, 20).

Essa descrição não é particular dessa mãe, quando observado esse mesmo cenário, (A, 29) vai dizer que deixa de realizar determinadas atividades por não conseguir realizá-las, sendo que sempre falta alguma coisa. Por essa razão ela disse: “Não dou conta, né? A gente não dá conta. Alguma coisa fica faltando e eu abro mão de das atividades de casa para dar atenção a ele. Se der tempo, eu faço. Se não der, no outro dia, se não der também, vai passando”.

Essas mulheres não podem demonstrar cansaço, não podem descuidar dos filhos, tem obrigação de ter uma rotina organizada que garanta a possibilidade de prover todas essas necessidades sozinhas. A responsabilização paterna não está em jogo, o modelo colonialista de poder que se nutre das desigualdades de gênero não está preocupado com a vida dessa mãe, mas sim, em sua manutenção. Logo, quanto mais atarefada ela viva, mais subalternizada se torna, mais criticada será, gerando assim, a sua prisão no tempo e no espaço.

Ademais, quando o leque é ampliado para mulheres negras e periféricas, por exemplo, frequentemente carregam o peso duplo do racismo e do sexismo, enfrentando desafios únicos na criação de seus filhos. O abandono paterno, nesse contexto, é frequentemente resultado da vulnerabilidade social e econômica que afeta desproporcionalmente essas mulheres.

Angela Davis, pensadora do feminismo negro, argumenta que a exploração econômica e a opressão racial tornam as mulheres negras e periféricas mais suscetíveis à pobreza e à

violência. Essas condições aumentam a carga sobre as mães solteiras, que devem enfrentar não apenas a ausência do parceiro, mas também um sistema que frequentemente lhes nega suporte adequado (Davis, 1981).

Por fim, mesmo quando a paternidade não é abandonada, como é o caso de (A, 29), – o seu marido faleceu – a responsabilidade de criação, cuidados médicos e psicológicos, entre outros, mesmo quando àquele era vivo, dependia exclusivamente da mãe:

O pai dele faleceu, a gente era casado e ele faleceu antes dos três anos do meu filho, e ele trabalhava viajando para outro estado, então ele passava muito pouco tempo em casa. Sempre eu fui a mãe e o pai, né? Eu tinha que resolver tudo. Eu tinha que cuidar do menino, eu tinha que ir pra consulta, eu tinha que ir pra terapia. Eu tinha que resolver tudo o que dependesse dele, porque ele passava nove, três meses fora, noventa dias e dez dias em casa, e os dez dias que passava em casa já era resolvendo coisa do trabalho pra voltar (A, 29).

Em outras palavras, a invisibilização paterna não está apenas atrelada ao abandono, pois é notório que toda a carga de responsabilidade ainda repousa sobre a mulher mesmo que de forma simbólica. Logo, a necessidade de descolonizar as mentes se tornou uma estratégia imprescindível para as transformações das relações e das experiências de maternar, resgatando uma construção de maternidade e paternidade complementar não só nos cuidados econômicos, como também no que tange ao afeto e cuidado.

#### 4.4 UNIVERSO ACADÊMICO: “TRABALHAR COMO SE NÃO TIVESSE FILHOS, SER MÃE COMO SE NÃO TRABALHASSE FORA”

Ter a oportunidade de ingressar em uma universidade não só é vontade de muitos como prioridade para a profissionalização em muitas áreas, em palavras mais diretas, é o caminho pela qual se possibilita melhores condições de vida, haja vista que um diploma possibilita a entrada em concursos públicos, pela qual o emprego é garantido com carteira de trabalho assinada até aposentadoria com salários e benefícios onde a questão da segurança financeira e caminho para estabilidade é muito mais relacionada.

No entanto, não basta apenas conseguir ingressar, é preciso antes de mais nada garantir um bom desempenho e bom aproveitamento de tudo que possa engrandecer o conhecimento e o currículo quando se trata de sair com um diploma e adentrar na competição do mercado de trabalho. Ter em mente essas realidades nos fazem refletir e questionar sobre como se dão o processo de graduação e aproveitamento das mães solas em seu processo de

graduação, quais as suas realidades? Quais os desafios enfrentados por elas dentro do espaço acadêmico? E como elas enfrentam tudo?

Diante disso, (T, 20) nos mostra claramente alguns dos seus desafios enfrentados na graduação, do mesmo modo que nos oferece pontos importantíssimos para se refletir acerca do espaço acadêmico, mais precisamente no que condiz as mães solas.

Então eu passei a acreditar que isso daqui, tá aqui dentro não era mais pra mim, foi como um vez que eu comentei: que a UFCG quando vai ofertar bolsas, seja de pesquisa, seja de PIBID e Residência Pedagógica, ela só oferta pra aqueles com uma carga horária, para aqueles que podem viver vinte e quatro horas para a UFCG... Pra mim que sou mãe, que tenho que trabalhar, a bolsa é muito boa é 700\$ reais, é obviamente que é ótimo, pra quem é só, pra você que tem um filho, que tem que se manter, manter aquela criança e fazer as outras coisas, setecentos reais é cem reais pra você, não é nada, então do mesmo jeito que a UFCG abre as portas, ela também fecham, porque eles não aceitam a carga horário que uma mãe pode oferecer... tipo aí eu só posso vir uma vez na semana, ou então eu só posso vir a noite ou pela tarde, não aceita! Eles quer que você viva diretamente vinte quatro horas pra UFCG, não é a toa que as pessoas que mais são beneficiadas pelas bolsas tão ali na residência, recebe duas, três bolsas se der por período, aí eu fui tentar um auxílio creche ainda, quando começou a surgir o auxílio creche, tentei e até agora nada... Então assim, como é que eu ia manter uma criança se eu não tivesse trabalhando? Porque a UFCG não me libera bolsas, eu não posso participar dos programas por que eu não tenho a disponibilidade de tempo, porque ou eu vou participar dos programas pra enriquecer o meu currículo, ou eu vou trabalhar pra dar comida pra mim e pra minha filha, e obviamente eu vou optar por isso né? trabalhar pra manter minha filha! Então a UFCG é o núcleo que ou você escolhe, ou você vai primeiro pra ela, ou você não se encaixa, você vai ser um aluno da UFCG, só que você não vai ser vista pelos professores como á aluna da UFCG, porque você só tá aqui dentro, mas você não participa dos programas de monitoria, de... RP, PIBID, de nada (T, 20).

Já fora mencionado do sentimento de não pertencimento experimentado por ela em relação ao espaço acadêmico, no entanto, é importante ressaltarmos detalhadamente como se constroem e se desenvolve tais sentimentos, pois (T, 20) nos fala de maneiras precisas e detalhista, o quanto seu percurso desde o início do curso tem sido complicado, e o quanto as realidades gritantes de injustiças permeiam tal espaço não só para ela, mas para qualquer mãe.

Por isso, a necessidade de programas que possam atender as estudantes mães, mas, não só isso, também políticas internas que se voltem para esse público e suas necessidades, como creche, espaços de apoio, financiamento para pesquisas que auxiliem na implementação de políticas públicas que ajudem as mães, bolsas de pesquisa voltadas para estudantes mães, restaurante universitário. São muitas as possibilidades que a Instituição poderia realizar. Daí a importância de grupos e coletivos feministas que possam reivindicar essas demandas.

Sobre o próprio decorrer das atividades acadêmicas, como aulas presenciais, realização de atividades e trabalhos acadêmicos como um todo, (A, 29) nos fala sobre:

Café, Pra ver se dá conta do peso. Perder o sono. E muito tempo, né? Como eu trabalhava e entrava muito cedo no trabalho, eu abria mão do sono. Eu dormia uma hora por dia para eu conseguir fazer, porque senão, não daria tempo. Porque a questão, minha maior questão era o tempo. No trabalho, eu entrava de seis da manhã e saía de seis da noite. Eu só tinha 2 horas de almoço, né? Fecha meio-dia, abre duas. Então, na hora do almoço eu tinha que dar o almoço, ajeitar ele, deixar na escola, porque ele estuda no turno da tarde, e de seis, quando eu saía, já era para pegar o ônibus para vir pra universidade. Então, quando eu chego da universidade, é o tempo que eu tenho de fazer as atividades acadêmicas. E tinha que abrir mão do sono, porque senão, não dava conta, não tinha tempo pra fazer. (A, 29).

O tempo é diferente para ela, é diferente para qualquer mãe que curse uma graduação, pois são esses outros afazeres pela qual enfrentam em seu dia a dia. Estas se privam de sono, se privam de descanso para que consigam dar de conta de alguma forma de tudo que tem que ser feito durante o dia. A realidade nua e crua destas mulheres/mães, mesmo que cada uma possua sua própria rotina, é esta: se privam de sono e descanso, e no fim enfrentam qualquer desafio que seja para continuarem seu caminho.

É realmente impressionante e até motivador tais casos, na mesma medida que é lamentável que esta realidade seja tão normalizada e não questionada pelas pessoas. Como não se preocupam com essas realidades de maneiras sérias? Como a instituição acadêmica da Universidade Federal de Campina Grande não se questiona sobre isso, e melhor ainda repensa seu espaço para acolher e tornar mais justo o percurso dessas mulheres em seu trajeto de profissionalização?

E muita. Por que não. Eu não consigo dar de conta de tudo, eu tenho que abrir mão de alguma coisa. Então se minha prioridade é meu filho, a segunda prioridade é meu estudo e tem a responsabilidade do trabalho. Então as tarefa de casa, é, as obrigações de organizar sempre vão ficando pra depois. Fica a cama bagunçada, a roupa fora do guarda-roupa. O final de semana para as atividades de realmente organização de casa e pouco tempo (A, 29).

As árduas preocupações que mulheres como (A, 29) enfrentam não são poucas, na mesma medida que não são justas que sejam normalizadas com tanta naturalidade, ainda mais quando se discute em determinados momentos sobre problemas de precariedades dos lares e das famílias, sobre desestruturação familiar e não se questiona sobre tais normalizações que condicionam tamanhas desigualdades e injustiças para com as mulheres mães.

Ainda sobre isso (A, 29) nos fala:

O que poderia facilitar? Eu acho que é assim, se for na vida acadêmica, alguns programas que fossem adaptados às mães, porque aí infelizmente, na universidade a gente não tem. A gente tem muita, a gente tem, as atividades extras complementares

que a gente tem que dar conta. E por trabalhar e ter filho, às vezes, não tem a oportunidade de participar de algum programa de extensão ou de monitoria. Porque é um contraturno. Então se a gente já tem pouco tempo, não teria tempo de vim para a universidade, então teria que ter um programa de forma online ou híbrido, ou uma reunião, ou palestras ou seminários. Alguma coisa que não cobrasse tanto, porque a vida de ser mãe já é complexa, e a vida acadêmica é complicada, porque a gente tem que dar conta de um universo... pra mãe que é solo e trabalha, não sobra tempo para participar no contra turno. Porque se a gente já opta a estudar a noite é o tempo que a gente tem para se dedicar ao estudo. Então, por exemplo, para vir na monitoria pela manhã já fica complicado, porque eu teria que sair do trabalho. E para sair do trabalho eu tô tirando a responsabilidade que vai faltar em casa, o salário. Então não tem como, não tem. Eu tenho que escolher se eu, é como o estágio, no estágio eu tive que sair do emprego, pra fazer o meu estágio (A, 29).

Não é à toa que os arranjos familiares de mãe solo no Brasil sejam os que mais sofrem economicamente, de onde vem os piores salários e menores rendimentos, bem como, menor escolaridade.

“Os lugares determinados a partir da racialização hoje, têm sua pedra fundamental numa complexa classificação que vai além da cor da pele, mas se assenta numa ideia de quem é gente e quem não é gente” (Barbosa, 2022, p. 44).

A íngreme do sistema moderno está atrelada ainda hoje nesta questão crucial, de modo que somente a partir desta concepção se é possível pensar as maneiras como as questões das mulheres socialmente são tratadas, de como o lugar da mulher e da maternidade se relacionam diretamente com isto, pois estas em seus diversos desafios, crueldades e injustiças enfrentadas diariamente mostram que no fundo a sociedade não nos olha como gente, mas sim como o outro, o outro que não é gente e que portanto, não são importante e nossas questões não devem serem tratadas com respeito e seriedade.

T(20) nos apresenta mais um pouco dos dilemas enfrentados dentro do espaço acadêmico sendo mãe solo, apontando como se desenrola as semanas nacionais em que qualquer discente necessita participar de pelo ao menos algumas, sobre isso ela nos fala:

[...] a semana de História foi um exemplo disso, eu não podia tá me ausentando, e a semana de História cê sabe que você tem que tá vinte e quatro horas aqui dentro uma semana seguida... e era impossível pra mim, como era que eu ia? Aí o que era que eu tava fazendo? Eu vinha só pela noite, e quase que não deu certo, porque dois dias eu vinha pela noite e dois dias o dia todo, e quase que eu não recebia o certificado de horas... aí os meninos você tem que vir hoje... gente não tem como, eu trabalho, tenho minha filha... ai traga ela, a resposta era traga ela! E eu, como é que eu vou trazer uma criança pra Cajazeiras dentro de um ônibus num calor desse pra ta fazendo as coisas vinte e quatro horas com ela no braço? (T, 20).

Tão crucial esta fala de (T 20), quando menciona a necessidade de participar de um evento essencial para cumprir carga horária quanto enriquecer o próprio currículo enquanto

estudante, algo simples e básico, mas que não é pensado e nem adaptado para uma mãe, que não pode simplesmente se dispor de uma semana inteira fora do trabalho e longe de sua(s) criança(s).

A naturalidade de seus colegas de ao ter como argumento impeditivo de não poder comparecer todos os horários de todos os dias necessários, é a realidade de que nem sempre as pessoas pensam na complexidade que isso envolve, de modo que não refletem o quanto as ofertas não se dão de maneiras iguais para todos, mais precisamente de como um evento como semana de história, não é pensado e tão pouco ofertado de maneira justa para mães.

Não há um espaço destinado para as crianças ficarem, da mesma maneira que a instituição não disponibiliza pessoas aptas a ficarem com as crianças, e isso obviamente dificulta que uma mãe realize e cumpra tudo que é ofertado de eventos nesta semana de História. “Só trazer” a criança não resolve nada, pois a mãe enfrenta dificuldades no transporte, e sem suporte para ficar com a criança durante os eventos, de que maneiras ela pode participar devidamente como qualquer outro aluno credenciado sem filhos?

É alarmante o quanto isso mostra como os espaços são pensados, projetados e gerenciados de modo que evidencia também para quem o é, assim para quem não é, como as mães. Assim, falar de direito constituído e garantido a faculdade pública para homens e mulheres, não é falar de equidade e por tanto de igualdade, se na prática realidades como essas é o que acontece.

Ao serem perguntadas sobre o nível de contato com discussões teóricas acerca da maternidade ou discussões de gênero que elas têm ou não dentro da instituição acadêmicas, (A, 29) nos fala:

Eu tive esse contato. É, o ano passado, quando a professora Cássia lançou um projeto de extensão, que era sobre mães e nessa questão de mãe não poder participar, mas nem ele, porque eu não poderia, não tinha com quem deixar o filho. E esse projeto de extensão tinha um espaço para essa criança. Então eu vi que na universidade, é, também teria que criar um espaço, porque como é que a gente vem para um seminário, uma palestra que já no contraturno mesmo saindo de um emprego, pra deixar o filho com quem? então isso, é, privatizava as mães de participar e com esse projeto da professora, a gente poderia trazer os filhos porque tinham alunos que estavam participando do projeto, que ficavam com as crianças enquanto as mães participavam de determinado evento (A, 29).

B (26) também nos apresenta que “Não muito. Eu tive uma vez com um evento que teve, que... eu acho que foi a professora Cássia que mediu e era sobre maternidade. ” (B, 26). E (T, 20) “eu já vi, acho que foi duas professoras, uma de pedagogia e uma daqui de história falando sobre...”.

Com as falas das Três entrevistadas, é notório que tais discussões praticamente só se deram a partir de um evento sobre realizado por duas professoras da Universidade, o que ressalta o quanto esta questão não tão trabalhada dentro da instituição de modo geral como deveria. Por entre os cursos de licenciatura, não há cadeiras ou aulas a respeito, não há discussões, pelo menos significativas sobre, o que ressalta mais ainda a questão de não ser as questões da maternidade de mulheres graduandas assunto sério e de relevância dentro da própria instituição, de modo que cada vez mais se perpetua a ideia de que este espaço não fora e não é pensado para mulheres mães.

Assim, desejamos que se crie, um “espaço para articulação de contranarrativas que visem a estimular alternativas de maternagem que empoderem as mulheres, em vez de oprimi-las (O’reilly, 2013, p.188).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se dedicou a investigar os desafios vivenciados por mulheres mães solo e graduandas no contexto do Centro de Formação de Professores (CFP), situado no sertão paraibano, a partir de uma perspectiva histórica, cultural e social da maternidade e da monoparentalidade feminina. A pesquisa, ancorada na História Oral e em teorias sobre gênero, representação, revelou um universo complexo de experiências, marcado por resiliência, sobrecarga emocional e lutas constantes para equilibrar as demandas acadêmicas e familiares.

Ao longo da análise, tornou-se evidente que o ideal romantizado da maternidade, frequentemente perpetuado por discursos históricos e culturais, continua a impactar de forma significativa a vivência das mães solo. Esse ideal não só reforça estigmas e pressões sociais como também mascara as nuances de uma maternidade multifacetada, atravessada por desigualdades econômicas, estruturais e emocionais. As mulheres mães solo entrevistadas trouxeram à tona narrativas que desconstruíram essa visão homogênea, mostrando que o ato de matinar vai muito além do que as representações idealizadas sugerem.

Um dos pontos centrais desta pesquisa foi a problematização do conceito de maternidade como algo universal e inato. Com base em autores como Elisabeth Badinter e Gerda Lerner, foi possível compreender como as práticas de matinar, ao longo da história, foram moldadas por interesses patriarcais e transformadas em instrumentos de controle sobre as mulheres. As entrevistas realizadas permitiram identificar como essas representações ainda influenciam as experiências contemporâneas, mas também revelaram como as mulheres vêm ressignificando e desafiando esses papéis tradicionalmente impostos.

Outro aspecto significativo destacado no estudo foi a sobreposição das responsabilidades atribuídas às mulheres em arranjos familiares monoparentais. As mães solo enfrentam a “dupla jornada” de trabalho – cuidando de seus filhos, mantendo o sustento familiar e buscando avançar em seus estudos – e, muitas vezes, fazem isso em um contexto de apoio insuficiente, tanto institucional quanto social. A luta diária dessas mulheres para permanecerem na universidade é um reflexo claro das barreiras estruturais que precisam ser enfrentadas, mas também do poder transformador da educação na vida dessas mães e de suas famílias.

Além disso, o trabalho trouxe à tona a relação entre monoparentalidade feminina e questões de classe e gênero. Ao analisar como fatores como a falta de suporte financeiro, a precariedade dos serviços de cuidado infantil e a divisão desigual de responsabilidades afetam

essas mulheres, o estudo reafirmou a necessidade urgente de políticas públicas que promovam maior inclusão e equidade. É essencial que as universidades, como espaços de formação e emancipação, assumam um papel ativo na construção de ambientes mais acessíveis e acolhedores, que levem em conta as especificidades das mulheres mães solo.

A relevância acadêmica deste trabalho reside não apenas na ampliação do debate sobre gênero e maternidade, mas também na valorização das vozes historicamente silenciadas. Através da História Oral, foi possível acessar a subjetividade dessas mulheres, compreendendo suas perspectivas e suas formas de resistência frente a uma sociedade que frequentemente as marginaliza. A valorização de suas narrativas não só enriquece a historiografia, mas também aponta caminhos para ações práticas, seja no campo da educação, seja na formulação de políticas que considerem as múltiplas dimensões das desigualdades de gênero.

Em termos sociais, este estudo tem implicações significativas. Ao visibilizar as experiências de mulheres mães solo, ele contribui para desnaturalizar estereótipos que as reduzem a papéis subalternos ou idealizados. Mais que retratar dificuldades, este trabalho celebra a força, a resiliência e a capacidade de transformação dessas mulheres, que, mesmo diante de tantos desafios, seguem reivindicando seu lugar no espaço acadêmico e na sociedade como um todo.

Por fim, o estudo reafirma a importância de continuar investigando e problematizando as construções sociais e culturais em torno da maternidade e da monoparentalidade. Ao lançar luz sobre a diversidade de vivências e ao desconstruir discursos que perpetuam desigualdades, este trabalho não apenas contribui para uma compreensão mais ampla e inclusiva do tema, mas também inspira novas reflexões e ações em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Que este trabalho possa servir como um ponto de partida para futuras pesquisas e, mais do que isso, como uma ferramenta para promover mudanças concretas e significativas na vida das mulheres mães solo.

## REFÊRENCIAS

- ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/Patri/Downloads/Dialnet-NarrativasOraisComoFontesParaUmaCompreensaoHistori-6881608.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.
- ALARCÓN, Norma. (1990). "The Theoretical Subject(s) of This Bridge Called My Back and Anglo-American Feminism." In *Making Face, Making Soul/Haciendo Caras: Creative and Critical Perspectives by Feminists of Color*, edited by Gloria Anzaldúa, 356-369. Aunt Lute Books.
- ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, Cuidadore e Trabalhadora: as multiplas identidades de mães que trabalham. **Revista de Departamento de Psicologia** – UFF, v. 19 – n.2, p. 411-422, Jul/Dez, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200011>. Acesso em: 25 nov. de 2024.
- ÁLVARES, Luciana de Castro. **Famílias monoparentais femininas:** um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG. Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da – UNESP. Franca, 2003. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98552/alvares\\_lc\\_me\\_fran.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98552/alvares_lc_me_fran.pdf?sequence=1). Acesso em: 25 nov. de 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. (1987). **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza.** Aunt Lute Books.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado:** o mito do amor materno. Elisabeth Badinter, tradução de Waltensir Dutra. \_ Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: [file:///C:/Users/Patri/Downloads/Badinter,%20Elisabeth%20O%20Mito%20do%20Amor%20Materno%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Patri/Downloads/Badinter,%20Elisabeth%20O%20Mito%20do%20Amor%20Materno%20(1).pdf). Acesso em: 25 nov. de 2024.
- BALIANA, Livia Karla. **Monoparentalidade feminina e seus desafios:** um estudo exploratório. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social Lisboa 2013. Disponível em: <https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2020/01/Monoparentalidade-feminina-e-os-seus-desafios.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BRITO, F.S.,(2008) **Mulher chefe de família:** um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina, in Revista Urutágua- revista acadêmica multidisciplinar – Nº 15 – abr./mai./jun./jul. – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/015/15brito.htm>. Acesso em: 25 nov. de 2024.
- BUENO, Juliana Flay. **“Mães desdobráveis”:** experiências e memórias da maternidade na segunda metade do século XIX. Anuais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho 2011. Disponível em:

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307979057\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_2011\\_Juliana\\_Fleig\\_Bueno.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307979057_ARQUIVO_ANPUH_2011_Juliana_Fleig_Bueno.pdf). Acesso em: 25 nov. de 2024.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVAJAL, Julieta Paredes. **Descolonizar las luchas: la propuesta del feminismo comunitario**. 2018, p. 145-160. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/329638693\\_Descolonizar\\_las\\_luchas\\_la\\_propuesta\\_del\\_feminismocomunitario](https://www.researchgate.net/publication/329638693_Descolonizar_las_luchas_la_propuesta_del_feminismocomunitario). Acesso em: 25 nov. de 2024.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Prática e Representação**. São Paulo: Difel, 1991.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Routledge, 2000.

CORREIA, Maria de Jesus. **Sobre a maternidade**. *Análise Psicológica* (1998), 3 (XVI): 365-371. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/95049273.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

COSTA, Dora Isabel P. 2000 - As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 17, n. 1/2 - jan. dez. 2000. Disponível em: [https://rebep.org.br/revista/article/view/355/pdf\\_332](https://rebep.org.br/revista/article/view/355/pdf_332). Acesso em: 25 nov. de 2024.

DANTAS, Luzane Karla Rodrigues. **Reflexão sobre a condição da mulher: maternidade e monoparentalidade feminina em Canapi - Sertão De Alagoas**. Delmiro Gouveia, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7583/1/Reflex%C3%A3o%20sobre%20a%20condi%C3%A7%C3%A3o%20da%20mulher%20maternidade%20e%20monoparentalidade%20feminina%20em%20Canapi%20-%20Sert%C3%A3o%20de%20Alagoas.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

FAVARO, C. (2009). **Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais**. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000447042>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Reprodutivo e Lutas Feministas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FONSECA, Claudia. Ser Mulher Mae e Pobre. In.: **História das mulheres no Brasil**, 1997. **Disponível em:** [file:///D:/Downloads/Ser\\_mulher\\_mae\\_e\\_pobre%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/Ser_mulher_mae_e_pobre%20(1).pdf). Acesso em: 25 nov. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971. Disponível em: [https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/07/Mistica\\_feminina.pdf](https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/07/Mistica_feminina.pdf). Acesso em: 25 nov. de 2024.

GALINDO, María. **Las mujeres y el poder: La feminidad en el capitalismo**. La Paz: Editorial 3600, 2004.

GOMES, Lídia Laís Balbino. **Mulher, mãe e universitária: desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica**. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17638/1/LLBG01042020.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 1984.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. **El feminismo comunitario en Bolivia: De las luchas feministas a los desafíos decoloniales**. La Paz: CIPCA, 2010.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman: Black Women and Feminism**. *Boston: South End Press, 2000.*

LORD, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. Crossing Press, 1984.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género: El proceso de la descolonización**. Buenos Aires: Cátedra de Filosofía Feminista, 2008.

LUSTOSA, Hellen Bryghida Eloi de Souza. **Família monoparental: uma análise sobre sua estruturação pela perspectiva dos filhos de mães solteiras na cidade de Santa Cruz, RN**. Disponível em: [https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4614/1/HellenBESL\\_Monografia.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4614/1/HellenBESL_Monografia.pdf). Acesso em: 25 nov. de 2024.

MARTINS, Ana Paula Vesno. **Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar**. História Oral (Rio de Janeiro), v. 8, 2006. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/174/179>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

MARTINS, Ana Paula Vesno. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, 287 p. História e Saúde collection. ISBN 978-85-7541-451-4. Available from SciELO Books . Disponível em : <https://static.scielo.org/scielobooks/jnzhd/pdf/martins-9788575414514.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de. ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na História e a História dos cuidados maternos. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2004, 24(1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG/>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

OREILLY, Andrea. **Entrevista:** Dra. Andrea O'Reilly e a perspectiva da maternidade. [Entrevista cedida a] Elizabeth Souto Maior e Maria Collier de Medonça de forma remota no dia 10 de mai. 2021. Disponível em: Vista do Entrevista: Dra. Andrea O'Reilly e a perspectiva da maternidade. Acesso em: 14 out. 2024

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado. A pesquisa como experimento de igualdade. In: **Revista Projeto História**, nº 14. São Paulo, 1997, pg. 7-24. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11231/8239>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Revista Projeto História, nº 14. São Paulo, 1997. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod\\_resource/content/1/PORTELLI%2C%20Alessandro%20%E2%80%93%20O%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod_resource/content/1/PORTELLI%2C%20Alessandro%20%E2%80%93%20O%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf). Acesso em: 25 nov. de 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: Perspectivas: *Revista de Ciencias Sociales*, 2000.

RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: uma construção histórica e social. **Pretextos \_ Revista de Graduação em Psicologia** da PUCmINAS V.2, N.4, Jul/Dez. 2017 – ISSN 2448-0738. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251/11732>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. Cad. Pagu, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. In: *Gênero e História*. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

SOUZA, Robério Américo. Interpretação de gestos e sentimentos: a teatralidade nas narrativas da história oral. In: **Revista História Agora**, vol. 9, nº 9. Dossiê História Oral, jun – ago. De 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Patri/Downloads/Dialnet-NarrativasOraisComoFontesParaUmaCompreensaoHistori-6881608.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

STELLIN, Regina Maria Ramos; MONTEIRO, Camila Fonteles d'Almeida; ALBUQUERQUE, Renata Alves; MARQUES, Cláudia Maria Xerez Camara. **Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem:** recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. *Estilos da Clínica*, 2011, 16(1), 170-185. Disponível em: Acesso em: 25 nov. de 2024.

## **APÊNDICE A- ROTEIRO SEMIESTRUTURADO**

### **QUESTÃO PRINCIPAL DA PESQUISA:**

Como essas mulheres mães solas e graduandas estão produzindo suas representações sobre suas experiências únicas com a maternidade?

### **PERGUNTAS:**

1. Me fale como se identifica, sua idade, se trabalha, cidade em que reside, seu curso de graduação, pode fazer uma breve apresentação.
2. Antes de ser mãe, o que você desejava? Quais eram as suas aspirações? Seus desejos e sonhos?
3. Sobre a maternidade, como você pensava e idealizava antes de engravidar?
4. Engravidou antes ou durante a graduação?
5. Como foi nos primeiros momentos que descobriu que estava grávida? O que você sentiu?
6. Me fale sobre sua rede de apoio, você tem quem te ajude com os cuidados com seu (sua) filho (a)?
7. Como é a participação do pai da sua criança, com os cuidados e necessidades par com ela?
8. Você sente que essa participação e papel dele é o suficiente ou não? Porque?
9. Como você se sente em ter que lidar com suas atividades diárias de casa, os cuidados com sua criança e as demandas da faculdade?
10. Sobre as atividades acadêmicas, quando somadas as demais atividades diárias que tem que fazer durante o dia, como você lida? Sente dificuldades em realiza-las e ainda ter que as entregar no prazo? Porque?
11. Sobre sua vida pessoal, afetiva e amorosa, você tem algum companheiro (a)?
12. Como é pra você se relacionar romanticamente depois de ser mãe?
13. Houveram mudanças em relação a sua intimidade pós maternidade? Quais? E o que você pensa e sente sobre isso?
14. E enquanto graduanda, que frequenta o espaço de uma instituição de ensino superior pública, qual o nível de contato que você tem com discussões teóricas acerca da maternidade e discussões de gênero?

**15.**O espaço acadêmico possibilita reflexões teóricas sobre suas experiências cotidianas dentro da sociedade enquanto mulher e mãe? Quais?

**ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS– UACS  
CURSO DE HISTÓRIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar como voluntária no estudo “MULHER, MÃE E GRADUANDA: SUJEITOS COMO LUGAR DE REPRESENTAÇÃO NO CFP CAMPUS CAJAZEIRAS-PB”, coordenado pela Profa. Dra. Rosemere Olímpio Santana e vinculado ao Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo geral: compreender os desafios de ser mulher, mãe solo e graduanda do CFP, problematizando as produções discursivas que compõem determinados dispositivos de maternar e, como objetivos específicos: a) Apresentar a mulher na historiografia e o conceito de maternidade; b) Investigar como as mulheres que são mães solas do CFP estão produzindo suas representações enquanto mães/graduandas; c) Identificar as produções discursivas que compõem determinados dispositivos sobre maternar.

Esta pesquisa se faz necessária pela importância de discutirmos o acesso e permanência das mulheres mães na Universidade, considerando que vivemos em uma sociedade enraizada nos moldes machista, sexista e colonial, fato que interfere nas relações das mulheres nos espaços, sobretudo no espaço acadêmico.

Caso decida aceitar o convite, você será submetida ao seguinte procedimento: 1. Entrevista gravada com base metodológica na História Oral.

Os riscos envolvidos com sua participação são: de constrangimento, pela pesquisa ter interesse em assuntos que possam ser sensíveis; desconforto, devido ao tempo investido na produção de dados e/ou; preocupação, com a de quebra de sigilo/confidencialidade.

As pesquisadoras utilizarão as seguintes estratégias para a diminuição destes riscos: 01. Garantia do anonimato; 02. Assegurar o posicionamento ético e o rigor metódico nas análises; 03. Estar em prontidão com quaisquer dúvidas e questionamentos das voluntárias e; 04. Fornecer o retorno da pesquisa para as voluntárias.

Os benefícios da pesquisa serão: auxiliar e contribuir com a prática da pesquisa com mulheres na Universidade, visando à melhoria da qualidade da educação, a equidade, o acesso e a permanência das mulheres mães no espaço universitário.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum(a) voluntário(a).

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido(a), caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada pela responsável da pesquisa, cujos dados para contato estão especificados abaixo:

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa****Nome:****Instituição:****Endereço Profissional:****Telefone:****E-mail:**

participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**LOCAL E DATA**

---

Assinatura ou impressão datiloscópica do  
voluntário ou responsável legal

---

Nome e assinatura do responsável  
pelo estudo